

PODER LEGISLATIVO

Resenha Parlamentar

Resumo das atividades do Congresso Nacional, de 25 de maio a 13 de junho, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Na Câmara dos Deputados

Prosseguiu na sessão noturna de 26 de maio a discussão da emenda constitucional que institui o regime parlamentarista (D.C. 27-5, pág. 4604).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Anísio Moreira apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a incluir no Orçamento do M.A., a dotação de vinte milhões de cruzeiros, por cinco exercícios consecutivos, para ser aplicada em material destinado à extinção da formiga saúva (D.C. 29-5, suplem., pág. 9).

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Finanças o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado às despesas com o financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras (D.C. 29-5, suplem., pág. 9).

Foi aprovado em segunda discussão o projeto de lei que modifica dispositivos da Lei n.º 86, de 1947, que estabelece medidas para a assistência econômica da borracha natural brasileira e da Lei n.º 1.184, de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S.A. (D.C. 29-5, suplem., pág. 13).

Aprovada a audiência da Comissão de Economia para o projeto de lei que concede moratória às dívidas das pessoas físicas e jurídicas do Polígono das Sêcas (D.C. 29-5, suplem., pág. 19).

Chegam à Câmara as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo pelo processo de devolução (D.C. 30-5, pág. 4738).

O deputado Ferraz Igreja apresentou projeto de lei que institui a "Quinzena Nacional do Café", a realizar-se anualmente no mês de junho, no município de Iguaçu, no Estado de São Paulo (D.C. 30-5, pág. 4747).

No Senado Federal

Vai a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei do Senado que autoriza a atualização e o revigoramento de leis e decretos que prescrevem a instalação de "zonas francas" no país (D.C. 26-5, pág. 4476).

ANISTIA DE ELEITORES

No Senado Federal

Fica adiada a votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara que dá anistia aos eleitores faltosos às eleições federais, estaduais e municipais (D.C. 27-5, página 4630).

E' rejeitado o Projeto de Lei da Câmara que concede anistia aos eleitores faltosos às eleições federais, estaduais ou municipais (D.C. 28-5, pág. 4680).

APROVEITAMENTO ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões da Bacia do São Francisco e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (D.C. 27-5, pág. 4518).

ASSISTÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL À REGIÃO DAS SÊCAS

Na Câmara dos Deputados

Republicado o voto do deputado Raimundo Padilha, proferido na Comissão de Economia, aos projetos de lei que tratam de medidas de assistência econômica e financeira, e outras providências, à região atingida pelas sêcas (D.C. 27-5, pág. 4505).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que concede autonomia à cidade de Guarulhos, São Paulo (D.C. 29-5, suplem., pág. 13).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O deputado Antônio Correia apresentou projeto de lei que dá nova redação ao artigo 3.º da Lei n.º 1.483, de 13 de dezembro de 1951, que concede subvenções (D.C. 26-5, pág. 4452).

Aprovada a redação final do projeto de lei que concede auxílio de cinco milhões de cruzeiros destinados aos municípios catarinenses na reconstrução de obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes (D.C. 26-5, página 4456).

Iniciada a votação do projeto de lei que retifica o Orçamento de 1953 na parte relativa a auxílios e subvenções (D.C. 26-5, pág. 4457). Foi aprovado em segunda discussão o substitutivo da C.F. (D.C. 27-5, página 4567).

Chegam à Câmara as emendas do Senado ao projeto de lei que concede auxílio de dez milhões de cruzeiros para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, Pernambuco (D.C. 27-5, pág. 4551).

Com parecer da Comissão de Educação e Cultura, foi a imprimir o projeto de lei que inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União (D.C. 27-5, pág. 4552).

Apresentado pelo deputado Henrique Pagnoncelli, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial para auxiliar a construção do Templo Votivo

Internacional ao Coração Imaculado de Maria pela paz do Mundo (D.C. 27-5, pág. 4603).

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Aloysio de Castro, que dá nova redação aos parágrafos 1.º e 2.º do art. 11, da Lei n.º 1.493, de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções (D.C. 27-5, pág. 4604).

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do rio Amazonas, nos Estados do Amazonas e Pará (D.C. 28-5, página 4654). Aprovada a redação final (D.C. 29-5, página 4707).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto de lei que concede auxílio para pagamento das despesas com as festividades do cinquentenário do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (D.C. 28-5, pág. 4658).

O deputado Janduih Carneiro apresentou projeto de lei que concede auxílio financeiro à Associação Brasileira de Leprologia para se fazer representar no VI Congresso Internacional de Leprologia, a realizar-se em Madrid em 1953 (D.C. 29-5, pág. 4700).

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Finanças o projeto de lei que concede auxílio destinado às despesas com a realização de um Congresso Eucarístico na cidade de Cuiabá, e os festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia, Arcebispo daquela cidade (D.C. 29-5, suplem., pág. 12).

Com emenda, foi aprovado o projeto de lei que concede auxílio para atender as despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará (D.C. 29-5, suplem., pág. 18).

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto de lei que concede auxílio de dez milhões de cruzeiros ao município de Santo André para as comemorações do IV Centenário de sua fundação (D.C. 30-5, pág. 4743).

Aprovado com emendas, em segunda discussão, o projeto de lei que retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1953, na parte relativa a auxílios e subvenções (D.C. 30-5, pág. 4756).

No Senado Federal

Chega ao Senado Federal Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para atender a despesas com o II Congresso Latino-Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia (D.C. 29-5, pág. 4719).

BENS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza a permuta de terreno pertencente à Viação Férrea Rio Grande do Sul por outro de propriedade da firma Xavier Irmãos S.A. (D.C. 29-5, suplem., página 18).

CAPITAL BANCÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que prorroga o prazo de que trata o artigo 1.º da Lei n.º 947, de 1949, referente a elevação de capital (D.C. 30-5, pág. 4744).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara a emenda do Senado ao projeto que autoriza o T.C. registrar o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Fagundes Volpi Ltda., de Avaré, SP (D.C. 27-5, pág. 4548). Idem com relação à firma A. Th. Godoy Mata Machado (pág. 4549). Idem ainda com a mesma firma (pág. 4551).

Da Comissão de Tomada de Contas, foram a imprimir os seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda. para construção de dutos subterrâneos; idem entre a Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico e a Companhia Predial de Taubaté S.A., para construção de um prédio; idem entre a Fazenda Nacional e José Martins e sua mulher, referente à desapropriação de uma faixa de terra; e mantém a decisão do T.C. contrária ao registro do contrato celebrado entre o M.Ae. e a Companhia Moraes Rêgo S.A. para obras de acabamento do Pavilhão de Rancho da Base Aérea de Santa Cruz (D.C. 27-5, págs. 4548-58).

Publicados os seguintes projetos elaborados pela Comissão de Tomada de Contas: mantém decisão do T.C. que negou registro ao termo do contrato celebrado entre o M.Ae. e Dorothy Norton Pond, para a função de Professor Associado de Idiomas do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; e aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e John Putnam Webber para Professor Associado de Meteorologia Sinóptica, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (D.C. 29-5, suplem., págs. 6 e 7).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que aprova a rescisão dos contratos celebrados entre o D.C.T. e a firma Construtora Richard de Bloch (D.C. 29-5, suplem., pág. 18).

No Senado Federal

Ficam adiadas as votações das seguintes discussões únicas: que aprova contrato de compra e venda celebrado entre o D.N.P.M. do Ministério da Agricultura e Ricardo Guzzatti, que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Construtora e Conservadora Americana Ltda., que aprova contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Antônio de Sá Sobrinho, e que aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito. (D.C. 26-5, pág. 4497).

Aprovado em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o contrato de compra e venda celebrado entre o D.N.P.M. do Ministério da Agricultura e Ricardo Guzzatti e sua mulher (D.C. 27-5, pág. 4529).

Aprovado em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Firma Construtora e Conservadora Americana Ltda. (D.C. 27-5, pág. 4529).

Aprovado em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Antônio Francisco de Sá Sobrinho e sua mulher (D.C. 27-5, pág. 4630).

Chega ao Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro da rescisão e do contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma Lino Amorim & Cia. (D.C. 28-5, pág. 4676).

Vão imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de Decretos Legislativos: a) que aprova termo de renovação de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Jonas Machado da Costa; b) que aprova o termo de renovação de contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Floriano dos Santos Lima e, c) que aprova o termo de contrato celebrado entre a Agência Nacional e a União Cinematográfica Brasileira (D.C. 29-5, pág. 4721).

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

No Senado Federal

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto de lei do Senado n.º 45, de 1951 (emenda da Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 221 do Código de Processo Penal (D.C. 30-5, pág. 4790).

DESAPROPRIAÇÃO

No Senado Federal

Fica adiada a votação da discussão única do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, crédito especial para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto n.º 18.042, de 12-3-45 (D.C. 26-5, pág. 4497).

Aprovado em discussão única o Projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica crédito especial para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto n.º 18.042, de 12-3-45 (D.C. 27-5, pág. 4529).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que aprova o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares celebrado entre o Brasil e a Bolívia, em 2 de junho de 1951 (D.C. 20-5, suplem., pág. 18).

No Senado Federal

E' aprovado, em discussão única, o projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito (D.C. 27-5, pág. 4630).

DIREITO DE GREVE

Na Câmara dos Deputados

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, projetos de lei que dispõem sobre os dissídios coletivos e o exercício do direito de greve (D.C. 27-5, páginas 4577-4598).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina (D.C. 26-5, pág. 4456).

No Senado Federal

Chega ao Senado projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás (D.C. 29-5, página 4720).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

O deputado José Guimarães apresentou projeto de lei que institui o amparo financeiro da União ao ensino particular de grau médio (D.C. 28-5, pág. 4660).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que concede a importância de trezentos mil cruzeiros

ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigar a evolução da educação no Brasil desde a Colônia até o momento presente (D.C. 29-5, suplem., pág. 1).

EMPRESTIMO SOB PENHOR RURAL

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Antônio Balbino ao projeto de lei que estabelece a constituição do penhor e da hipoteca por meio de cédula rural pignoratícia e hipotecária e dá outras providências (D.C. 28-5, pág. 4639).

ESPÓLIO HENRIQUE LAGE

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer às despesas relativas à sentença proferida pela Juízo Arbitral sobre o destino dos bens deixados por Henrique Lage (D.C. 27-5, pág. 4610).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que modifica legislação referente ao exercício profissional dos farmacêuticos (D.C. 26-5, pág. 4456).

O deputado Euzébio Rocha apresentou projeto de lei que cria a Ordem dos Cirurgiões Dentistas do Brasil e estabelece as Caixas de Assistência (D.C. 28-5, pág. 4658).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Moreira da Rocha apresentou projeto de lei que exclui da classificação de pagamento do imposto de renda, os rendimentos do trabalho (D.C. 26-5, página 4452).

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de acudagem por cooperação e dá outras providências (D.C. 26-5, pág. 4457). Publicada a redação final (D.C. 28-5, pág. 4654). Aprovada (D.C. 29-5, pág. 4707).

Com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que opina pela sua inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre o recolhimento aos cofres da União pelos Estados e pelo Distrito Federal da importância de 2% calculados sobre a respectiva arrecadação do exercício anterior, para ocorrer às despesas com a manutenção da justiça e dá outras providências (D.C. 27-5, pág. 4552).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de materiais e serviços prestados pela Administração do Território do Acre no exercício de 1951 e anteriores (D.C. 27-5, pág. 4599).

Também com parecer às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto de lei que retifica o Orçamento de 1953, Anexo 21 — M.J.N.I. — verba de Serviços e Encargos (D.C. 27-5, pág. 4601).

Publicadas as seguintes redações finais: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal; idem para pagamento de despesas com vestuário, uniforme e equipamento do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 28-5, pág. 4654). Aprovadas (D.C. 29-5, pág. 4707).

Foi a imprimir o projeto de lei que revoga o Decreto n.º 22.443, de 8 de fevereiro de 1933, restabelece a cobrança dos impostos incidentes sobre todos os produtos extrativos dos Territórios Federais. Acompanha parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade (D.C. 28-5, pág. 4656).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que anistia todo e qualquer atraso, multa ou executivo fiscal, anterior a 1 de janeiro de 1953 (D.C. 29-5, página 4701).

Chega à Câmara o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial de duzentos e quarenta milhões de cruzeiros para atender as despesas de pessoal e material da E.F. Leopoldina, durante o exercício de 1953 (D.C. 29-5, suplem., pág. 4).

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto de lei que cria o imposto especial de Educação e Saúde, que incidirá sobre reuniões turfísticas (D.C. 29-5, suplem., pág. 8).

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento da cota devida aos municípios e relativa ao Imposto de Renda (D.C. 29-5, suplem., pág. 13).

No Senado Federal

Chegaram ao Senado os projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre os direitos a serem atribuídos ao papel celofane e às caixas de papelão que servirem de envoltórios ou continentes ao pescado industrializado; b) que reestrutura o Serviço da Divisão Interna Fundada Federal (D.C. 27-5, pág. 4615).

Vai a imprimir com parecer a indicação 3-5 que prevê o estudo dos orçamentos gerais da República (D.C. 27-5, pág. 4625).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza ao Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial destinado a regularizar a despesa com os transportes de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazidos; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial para atender ao pagamento de Contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais (D.C. 28-5, página 4677).

IMIGRAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que permite a livre imigração e a livre entrada de qualquer estrangeiro em território nacional, portadores unicamente do certificado de identidade e filiação passado por autoridade policial do país de origem (D.C. 30-5, página 4746).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovados os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial destinado a indenizar o Estado de Goiás pelos imóveis atingidos no traçado da E.F. de Goiás, em segunda discussão; e no mesmo sentido para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Menezes, em virtude de danos causados em bens de sua propriedade, situados em Itapipoca, Ceará, em primeira discussão (D.C. 29-5, págs. 17 e 18, suplem.).

O deputado Paulo Maranhão apresentou projeto de lei que dispõe sobre a indenização devida pela União ao Estado do Pará e dá outras providências (D.C. 30-5, página 4748).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Foram a imprimir, com pareceres das comissões técnicas, os seguintes projetos de lei: concede isenção de direitos de importação para material elétrico destinado à Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A., de Joinville; idem para materiais importados pela Fundação para o Livro dos Cegos do Brasil; e idem para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinadas à Basílica da Penha, em Recife (D.C. 29-5, suplem., pág. 3).

Em segunda discussão, foram aprovados na sessão noturna de 28 de maio os seguintes projetos de lei: concede isenção de direitos de importação para dois transmissores adquiridos pela Rádio Globo S.A.; idem para material importado pela Organização das Voluntárias; idem para uma cidade em miniatura, denominada "Railwândia", importada da Inglaterra; e idem para materiais importados pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro (D.C. 29-5, suplem., págs. 14, 17 e 18).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de impostos de consumo para casas pré-fabricadas (D.C. 27-5, pág. 4615).

Chega ao Senado projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação à Cia. Eletricidade do Médio Rio Doce, para material da linha de transmissão e outros equipamentos (D.C. 27-5, pág. 4516).

LEGISLAÇÃO ELEITORAL

No Senado Federal

Em discussão preliminar é aprovado e publicado, com a ressalva da emenda n.º 2 e dos artigos 184 e 185, o Projeto de lei da Câmara que altera o Código Eleitoral (D.C. 26-5, pág. 4482).

E' aprovada a discussão preliminar do Projeto de Lei da Câmara, que altera o Código Eleitoral (D.C. 27-5, pág. 4627).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade (D.C. 26-5, pág. 4456).

Foi a imprimir, com pareceres das comissões técnicas, o projeto de lei que estende aos trabalhadores rurais as disposições do título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre o contrato individual de trabalho (D.C. 27-5, pág. 4544).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que acrescenta um parágrafo no artigo 634 da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que diz respeito à imposição de multa por infração das leis trabalhistas (D.C. 29-5, pág. 14, do suplem.).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a duração e condições de trabalho da categoria profissional dos aeronautas (D.C. 27-5, pág. 4516).

LEI AGRÁRIA

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Augusto Meira à mensagem do Poder Executivo que encaminhou à consideração do Congresso Nacional um projeto de Lei Agrária (D.C. 28-5, pág. 4638).

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

No Senado Federal

Vai a imprimir com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Lei da Câmara que propõe se modifique a redação do art. 3.º da Lei n.º 1.300 de 28-12-50, Lei do Inquilinato (D.C. 30-5, pág. 4789).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que cria coletorias federais em diversos municípios de São Paulo e uma em município do Rio Grande do Sul (D.C. 26-5, pág. 4449). Essa redação final foi aprovada na sessão de 26 de maio (D.C. 27-5, pág. 4566).

Em virtude de emenda, volta às comissões o projeto de lei que cria uma Escola de Iniciação Agrícola em Buriti-Alegre, Goiás (D.C. 29-5, suplem., pág. 11).

Rejeitado o projeto de lei que cria uma agência telegráfica no Município de Miradouro, Minas Gerais (D.C. 29-5, suplem., pág. 17).

No Senado Federal

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde (D.C. 26-5, pág. 4476).

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Lei do Senado que cria o Parque Indígena do Xingu e dispõe sobre sua organização (D.C. 30-5, pág. 4789).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Publicadas as seguintes redações finais de projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de diferença de vencimentos ao professor João de Lamare São Paulo; idem para pagamento de gratificação de função ao professor Dr. Aristides Rocha; idem para atender aos pagamentos de descontos indevidamente efetuados e de diferença de salários a diversos servidores do M.E.S. (D.C. 26-5, pág. 4449). Essas redações foram aprovadas na sessão de 26 de maio (D.C. 27-5 pág. 4566).

Aprovada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários do M.E.S. (D.C. 26-5, pág. 4456).

A requerimento da Comissão de Legislação Social, vai à Comissão de Constituição e Justiça o ofício do T.R.T. de Minas Gerais sobre criação de cargos na 3.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte (D.C. 26-5, pág. 4456).

O deputado Luiz Viana apresentou projeto de lei que cancela as penas disciplinares impostas aos médicos do quadro do funcionalismo da União por motivo da greve ocorrida em 31 de março do corrente ano (D.C. 27-5, pág. 4562).

Com pareceres contrários das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre as atribuições e competência do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais (D.C. 27-5, pág. 4598). Idem com pareceres favoráveis ao projeto de lei que acrescenta parágrafo único ao art. 7.^o da Lei n.^o 116, de 1947, que dispõe sobre o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. O parágrafo regula aproveitamento de candidatos em concurso para ingresso na carreira do Ministério Público (página 4600).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre o provimento, mediante curso da Escola de Polícia do D.F.S.P. dos cargos da carreira de Detetive daquele Departamento (D.C. 28-5, pág. 4655).

O deputado Benjamin Farah apresentou projeto de lei que releva a prescrição do direito de ação dos servidores amparados pelo art. 73, da Lei n.^o 4.632, de 6 de janeiro de 1923 (D.C. 28-5, pág. 5660).

Publicado o relatório do deputado Carlos Luz, da Comissão de Finanças, ao projeto de lei que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda e dá outras providências e ao que reorganiza, sem aumento de despesa fixa, a fiscalização do Imposto de Renda (D.C. 29-5, página 4694).

Também foi publicado o relatório do deputado Carvalho Neto, da Comissão de Serviço Público Civil, ao projeto de lei que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, do Doutor José Gabriel de Lemos Brito, Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal (D.C. 29-5, pág. 4698).

O deputado Medeiros Neto apresentou projeto de lei que aplica aos postalistas do D.C.T. o disposto no artigo 24 da Lei n.^o 1.229, de 1950, que altera as carreiras do Quadro III do M.V.O.P. (D.C. 29-5, suplem., pág. 9).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de seguro de vida e de acidente de trabalho nos estabelecimentos industriais da União (D.C. 29-5, suplem., pág. 10).

Entra em votação o projeto de lei que dispõe sobre diaristas-extranumerários da União e autarquias federais na parte que diz respeito ao repouso semanal remunerado (D.C. 29-5, suplem., pág. 13).

Foram aprovados em segunda discussão os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de abono de Natal relativo a 1949, devido a primeiros tenentes do Corpo de Bombeiros do D.F.; altera com redução de despesa o Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificações de magistério devidas a professores do M.E.S.; idem para pagamento de diferença de vencimentos devidos ao professor Álvaro Osório de Almeida, falecido; idem para pagamento de gratificações de magistério devidas a professores do M.E.S.; idem para o mesmo fim; cria funções gratificadas para os membros do Conselho de Terras da União, para o representante da Fazenda Nacional e o Secretário do mesmo Conselho; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de honorários a que fizeram jus os professores integrantes de comissões examinadoras, em 1951, do Colégio Pedro II (D.C. 29-5, suplem., págs. 14, 15, 16, 17 e 18).

Rejeitado o projeto de lei que estende aos funcionários civis e militares aposentados com o título de inválido, as vantagens da Lei n.^o 1050 de 1950, que reajusta proventos de servidores atacados de moléstia especificada em lei (D.C. 29-5, suplem., pág. 14).

Chegam à Câmara as emendas do Senado ao projeto de lei que autoriza abertura, ao Tribunal de Contas, de crédito especial para pagamento de diferenças de vencimentos, de salário-família, de auxílio-funeral e de outras vantagens devidas a servidores daquele Tribunal e aos seus beneficiários (D.C. 30-5, pág. 4739).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que dispõe sobre a isenção do imposto de renda aos aposentados e reformados por invalidez (D.C. 30-5, pág. 4746).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S. crédito especial para pagamento ao Dr. Francisco Eugênio Coutinho (D.C. 27-5, pág. 4615).

Fica adiada a votação única do projeto de lei da Câmara que estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.^o 1.126, de 7-6-50 (D.C. 27-5, pág. 4631).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores crédito especial para pagamento aos aposentados da Administração do Território do Amapá (D.C. 30-5, pág. 4789).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que classifica no Padrão "O" cargos de professores catedráticos do Q.P. do Ministério da Educação e Saúde; b) que abre ao Poder Judiciário crédito especial para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério de Viação e Obras Públicas o crédito especial destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores do Serviço de Nave-

gação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (D.C. 28-5 págs. 4676-4677).

E' aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126, de 7-6-50 (D.C. 28-5, pág. 4682).

Chega ao Senado Projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático do Instituto Federalizado de Ensino Superior (D.C. 29-5, pág. 4720).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que permite o acesso ao posto de Capitão dos Oficiais pertencentes ao Quadro Auxiliar de Oficiais (D.C. 27-5, pág. 4549).

Em virtude de emenda de segunda discussão, volta às comissões técnicas o projeto de lei que reajusta os vencimentos de cabos, soldados e bombeiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ambos do Distrito Federal (D.C. 27-5, pág. 4570). Aprovado em segunda discussão; vai a imprimir a redação final (D.C. 30-5, págs. 4756 e 4767).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia da Marinha e regula a situação desses oficiais no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais (D.C. 28-5, pág. 4655).

PETROBRÁS

No Senado Federal

Vai a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de Lei da Câmara n.º 265-52 (D.C. 27-5, páginas 4517-23).

Foram debatidas várias emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre a Constituição da Sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. (D.C. 29-5, pág. 4721).

PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução (D.C. 26-5, pág. 4449). Essa redação final foi aprovada na sessão diurna de 26 de maio (D.C. 27-5, pág. 4566).

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Ferraz Igreja, da Comissão de Tomada de Contas, na parte referente à Despesa relativa ao exercício de 1951 (D.C. 26-5, pág. 4438). A matéria foi republicada no Diário do Congresso de 27 de maio, págs. 4509-17.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que concede pensão especial ao pescador José Maurílio, invalidado em acidente no serviço (D.C. 26-5, pág. 4456).

Em votação na segunda discussão o projeto de lei que determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência social arrecadadas pelos IAP e CAP, para a prestação de assistência alimentar aos seus associados (D.C. 26-5, pág. 4457). Aprovado em segunda discussão; vai à Comissão de Redação (D.C. 27-5, pág. 4570).

Publicadas as seguintes redações finais: concede pensão especial à viúva de Rodolfo Gerlach; e autoriza a abertura de crédito especial para pagamento das pensões devidas a Maria Edenia Cordovil Viana Machado e seu filho menor Luiz Carlos (D.C. 28-5, pág. 4654). Essas redações finais foram aprovadas na sessão de 28 de maio (D.C. 29-5, pág. 4707).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: concede pensão especial a Maria Mayer da Silveira, viúva do ex-Agente do Imposto de Consumo Aureliano Silveira; idem a Amélia Ribeiro Leão, viúva do Dr. Acilino Leão Rodrigues (D.C. 29-5, suplem., pág. 17).

Iniciada a segunda discussão do projeto de lei que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários (D.C. 29-5, suplem., pág. 19). O projeto vai às comissões em virtude de emendas.

O deputado Tarso Dutra apresentou projeto de lei que eleva para Cr\$ 5.000,00 mensais a pensão de D. Carolina de Revoredo Anes Dias, viúva do professor Anes Dias (D.C. 30-5, pág. 4747).

No Senado Federal

Chega ao Senado Federal o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial à viúva de Cornélio Brantes Filho, ex-coletor federal aposentado (D.C. 27-5, página 4615).

Chega ao Senado Federal o projeto de lei da Câmara que concede pensões especiais às viúvas e filhos dos Drs. Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho (D.C. 27-5, pág. 4615).

Chegam ao Senado Federal os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que concede pensão especial à viúva do engenheiro Reinaldo Soares da Silva, ex-chefe do 4.º distrito do D.N.O.C.S.; b) que altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados do I.C.A.P. (D.C. 29-5, pág. 4720).

Chega ao Senado projeto de lei da Câmara que concede pensão especial ao Dr. Mário Pinto Serva como prêmio de seus esforços em prol da alfabetização e educação do povo brasileiro (D.C. 30-5, pág. 4789).

PROTEÇÃO À FAMÍLIA

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que institui proteção especial à família brasileira, isentando dos impostos de transmissão "inter-vivos" a propriedade residencial urbana, primeira e única adquirida por pessoa física para uso familiar (D.C. 27-5, página 4599).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para a construção de um hospital de clínicas em Belém, Pará (D.C. 29-5, suplem., pág. 17).

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Assistência e Prevenção da Cegueira (D.C. 30-5, pág. 4739).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para obras de captação, canalização e abastecimento de águas às populações de São João de Meriti e Duque de Caxias, Estado do Rio e o deputado Coutinho Cavalcanti o que dispõe sobre a recuperação do Vale do Paraíba, em toda a sua

extensão, e possível conexão com Vale do Tieté e Rio Grande (D.C. 29-5, pág. 4701).

Com parecer favorável da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, foi a imprimir o projeto de lei que dá o nome de Washington Luiz à rodovia Rio-Petrópolis (D.C. 29-5, suplem., pág. 3).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção e distribuição das redes de água potável e esgoto da cidade de São Lourenço, MG (D.C. 29-5, pág. 10 do suplem.).

Chega à Câmara a emenda do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a distribuição da correspondência postal e telegráfica (D.C. 30-5, pág. 4738).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre o transporte da correspondência postal no interior e no exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências (D.C. 30-5, pág. 4741).

Também com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o transporte de malas postais por via aérea, realizada em 1952 (D.C. 30-5, pág. 4745).

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado ao início da construção do ramal ferroviário ligando as localidades de Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba e Barra da Guaratiba, no D.F. (D.C. 30-5, pág. 4748).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Coelho de Souza apresentou projeto de lei que dá nova redação aos artigos 13, 175, 177, inciso I, e 178, inciso III do Código de Processo Civil. As modificações dizem respeito às citações por carta rogatória para atos que houverem de ser praticados em território estrangeiro (D.C. 26-5, pág. 4451).

Aprovada a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a repressão do contrabando e dá outras providências (D.C. 26-5, página 4456).

Foi a imprimir o projeto de resolução que cria uma comissão especial, composta de sete membros destinada a estudar as medidas de proteção aos recursos naturais do país (D.C. 27-5, pág. 4559).

Da Comissão de Diplomacia, foi publicado o projeto de resolução que autoriza a Câmara dos Deputados a enviar observadores à XXXVI Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra (D.C. 27-5, pág. 4559). Aprovado na sessão de 27 de maio (D.C. 28-5, pág. 4664). Aprovado em segunda discussão, em redação final e promulgado (D.C. 29-5, pág. 4707).

Publicado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Aluysio Alves (D.C. 27-5, pág. 4603). Aprovado o projeto na sessão de 27 de maio (D.C. 28-5, pág. 4666).

Vai a imprimir a redação final do projeto de lei que autoriza a emissão de selos postais comemorativos da emancipação política do Paraná (D.C. 28-5, pág. 4654). Aprovada a redação final na sessão de 28 de maio (D.C. 29-5, pág. 4707).

O deputado Paulo Lauro apresentou projeto de lei que modifica os artigos 138, 139 e 140 do Código Penal, agravando as penas cominadas aos crimes contra a honra (D.C. 8-5, pág. 4557).

Apresentado pelo deputado João Cabanas, foi a imprimir o projeto de lei que permite o funcionamento de cassinos em estações balneárias do Estado de São Paulo, no período de 1 de dezembro do corrente ano até 31 de maio de 1954 durante os festejos do IV Centenário da Fundação de São Paulo (D.C. 28-5, pág. 4660).

Concedida urgência para o projeto de lei que dispõe sobre o alistamento eleitoral (D.C. 28-5, pág. 4667).

Debatido, em segunda discussão, o projeto de lei que proíbe a fabricação, o comércio e o uso de fogos de estampido, qualquer que seja o seu teor de pólvora, em todo o território nacional (D.C. 28-5, pág. 4667). Prosseguiu o debate na sessão de 29-5 (D.C. 30-5, pág. 4759).

Publicado o requerimento que solicita a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para efetuar uma investigação das transações realizadas entre o Banco do Brasil e as empresas jornalísticas "Érica S.A.", "Editora Última Hora" e "Rádio Clube do Brasil" (D.C. 29-5, pág. 4700).

OUTROS PROJETOS

No Senado Federal

Vai a imprimir o projeto de resolução que prevê uma Comissão de três Senadores para o fim de acompanhar, como observadores do Senado Federal, o trabalho da 36.^a Conferência Internacional do Trabalho a reunir-se em Genebra (D.C. 27-5, pág. 4625).

Debatido e vai à Comissão de Redação o projeto de Resolução que institui uma Comissão de três Senadores para o fim de acompanhar, como observadores do Senado Federal, os trabalhos da 36.^a Conferência Internacional do Trabalho, a reunir-se em Genebra (D.C. 28-5, página 4683).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a emitir pelo M.V.O.P. — D.C.T. — uma série de selos comemorativos do 1.^o Centenário de fundação da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo (D.C. 29-5, pág. 4720).

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Redação o projeto de Resolução pelo qual se constitui uma Comissão de três Senadores para acompanhar os trabalhos da 36.^a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra (D.C. 29-5, pág. 4720).

E' lida e aprovada a Redação Final sobre a consulta à Comissão de Constituição e Justiça, se deve ou não ser convocado suplente, de Senador que vai no desempenho de missão do Executivo, de caráter diplomático e transitório (D.C. 29-5, pág. 4721).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o projeto de resolução que concede licença ao deputado Ivete Vargas para representar o Brasil junto à UNESCO (D.C. 26-5, pág. 4452).

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Menotti del Picchia (D.C. 26-5, pág. 4456).

Lido na sessão de 25 de maio o ofício do Sr. Segadas Viana renunciando ao mandato de deputado pelo PTB, sessão do Distrito Federal (D.C. 26-5, pág. 4462).

No Senado Federal

Chega ao Senado a Mensagem do Executivo que nomeia o Sr. Cristiano Machado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto à Santa Sé (D.C. 26-5, página 4476).

Chega ao Senado a Mensagem do Executivo que nomeia o Sr. Olegário Mariano Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Portugal (D.C. 26-5, pág. 4476).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 25 de maio, os seguintes senhores deputados: Negreiros Falcão em apoio ao projeto 3027-53; Muniz Falcão apelando ao Governo para que mande pagar abono de emergência aos funcionários da Cia.

Navegação Costeira, Lóide Brasileiro e Patrimônio da União; Lacerda Werneck apelando ao Sr. Presidente do I.N.P. para restabelecer a Agência no Município de Guapauva, no Estado do Paraná; Armando Falcão para ler trechos dos discursos pronunciados pelos senhores Marechal Eurico Dutra e Dr. Raul Fernandes; Frota Aguiar para apresentar voto de pesar pelo falecimento do Sr. Newton Bonilha de Figueiredo; Nelson Omegna apelando ao Sr. Ministro do Trabalho em nome do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga de Santos; Brígido Tinoco para defender os interesses dos trabalhadores da Ilha de Mocanguê, do Lóide Brasileiro, pertencentes à Turma de Serviços Gerais; Sá Cavalcanti sobre a necessidade da reforma de Lei Eleitoral; Benjamin Farah apelando ao Senado da República para liberar o projeto que institui o Serviço Social Rural; Paulo Couto apelando ao Sr. Ministro do Trabalho para que prestigie a Tabela de Alimentação; oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Mar; Cirilo Júnior criticando o Decreto n.º 3.700-A baixado pelo Executivo; Celso Peçanha, Clóvis Pestana, Brochado da Rocha, Gustavo Capanema e Nelson Carneiro para o encaminhamento em 2.ª discussão do projeto de Lei n.º 2593-C-52; Vieira Lins para fazer alusão à entrevista do Presidente do P.T.B.; Cunha Machado sobre o projeto 1.355-B-51; Tenório Cavalcanti para protestar contra o não cumprimento das leis.

Falaram na sessão de 26 de maio os seguintes senhores deputados: Armando Falcão criticando o Governo por falta de assistência ao Nordeste; Severino Maris sobre a cheia verificada na Amazônia; Benedito Vaz sobre D. Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás; Frota Aguiar sobre o falecimento de Renato Viana; Celso Peçanha acerca da falta de assistência e amparo ao homem rural; Sá Cavalcanti sobre dois convênios que assinou em nome do governador Raul Barbosa; Vasconcelos Costa sobre ofício do Senhor Ministro da Fazenda com informação da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil; Muniz Falcão para ler telegrama de funcionários da Rede Ferroviária do Nordeste; Pereira da Silva para fazer sugestões acerca do fornecimento de energia elétrica pela Ligth; Medeiros Neto para ler telegrama dos extranumerários-mensalistas do D.C.T. especializados em Morse, Bandot e Teletipo; Vieira de Melo para saudar o senhor deputado peruano José Faura; José Faura agradecendo a saudação; Afonso Arinos para ler trecho da carta do Sr. Clemente Mariani; João Agripino quando da votação em 2.ª discussão do projeto de lei n.º 2797-A-52; Arruda Câmara para encaminhar a votação do projeto de lei 2797-A-52; Tenório Cavalcanti para encaminhar a votação do projeto de lei n.º 2797-A-52; Alberto Botino sobre a lavoura cafeeira do Estado de São Paulo; Fernando Ferrari sobre o projeto de lei que criou o abono de emergência para o pessoal da União; Chagas Rodrigues sobre a importância do Rio Parnaíba e Maurício Joppert sobre o problema das secas.

Falaram na sessão de 27 de maio os seguintes senhores deputados: Manuel Reis, sobre o pagamento do abono de emergência ao pessoal inativo da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; Dilermando Cruz, para ler telegrama do Sr. Oscar Fontes; José Guimarães, para ler telegrama do Sr. Dr. Cesar Araújo; Vasconcelos Costa, sobre a construção da Agência Postal Telegráfica em Uberlândia, em Minas Gerais; Epílogo Campos, sobre o II Congresso Brasileiro de História de Medicina; Benjamin Farah, para encaminhar à Mesa projeto que releva a prescrição de direito a ação dos servidores amparados pelo art. 73 da Lei número 4.632, de 6-1-23; Frota Aguiar, para prestar homenagem aos policiais falecidos em tragédia ocorrida recentemente; Alberto Botino, sobre as declarações do Sr. Lucas Garcez; Cunha Bueno, acerca da Portaria n.º 386, do Sr. Ministro da Agricultura; Gama Filho, acerca da Cia. Telefônica; Vasconcelos Costa, Campos Vergal e Vieira Lins, para encaminharem a votação do projeto de Resolução que prevê envio de observadores à 36.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra; Lucílio Medeiros, passa a ler a Comissão de Segurança Nacional; Celso Peçanha lê parecer sobre o Projeto n.º 1913-52 que proíbe fabricação e uso de fogos de estampido; Aldo Sampaio, Euzébio Rocha, Dilermando Cruz e Lucílio Medeiros, sobre o projeto

1.913-52; Artur André, sobre a política de São Paulo e Vieira Lins sobre problemas dos trabalhos no Estado de Alagoas.

Falaram, na sessão de 28 de maio, os seguintes senhores deputados: Medeiros Neto, sobre telegrama de funcionários do D.C.T. de Alagoas, acerca de sua reestruturação; Coutinho Cavalcanti sobre a crise de produção; Sá Cavalcanti, para comunicar falecimento do Reverendo Leopoldo Fernandes, ocorrido no Ceará, Celso Peçanha sobre Mensagem do Executivo encaminhando projeto n.º 2099 do ano passado; José Guimarães, para lembrar que já apresentou projeto abolindo expediente aos sábados; Vieira Lins, lendo trecho do jornal a "Fôlha da Manhã"; Breno da Silveira acerca de taxaço às corridas do Jôquei Club; Gama Filho para rebater as acusações ao Sr. Prefeito do Distrito Federal, feitas pelo Sr. Frota Aguiar; Fernando Ferrari a respeito da tramitação orçamentária; Godoi Ilha para retificar publicação feita no "Diário Carioca" a respeito do projeto 1082; Aliomar Baleeiro, acerca do Sr. Ministro da Fazenda e para ler carta do Sr. Roland Bird, redator delegado do "The Economist"; Azis Maron, para cuidar de assuntos pertinentes à lavoura do cacau na Bahia; Coutinho Cavalcanti, para congratular-se com o Poder Executivo, pela mensagem que trata de exploração de energia elétrica; Campos Vergal, para fazer considerações em torno de pena de morte e Azis Maron para ler telegrama do Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Portuários de Ihéus.

Publicados os discursos dos Senhores Armando Falcão e Paulo Lauro proferidos nas sessões de 25 a 27 de maio, respectivamente.

Falaram, na sessão de 29 de maio, os seguintes senhores deputados: Manoel Ribas, sobre o pórtio da cidade de Antonina, no Estado do Paraná e acerca do contrabando de pinho feito para a Argentina; Vieira Lins, acerca de votação da Petrobrás no Senado; João Agripino, sobre política interna da Paraíba; Celso Peçanha, para fazer apelo ao Governador do Estado do Rio em nome do povo fidelense; Dilermando Cruz, que criticou a atuação do I.A.P.I. em Juiz de Fora; Breno da Silveira, acerca dos problemas de transporte na zona rural da Capital da República; Ulysses Lins, sobre o 17º aniversário do I.B.G.E.; Uriel Alvim, acerca de problemas de economia rural. Carmelo D'Agostino para ler requerimento dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda acerca de empréstimo feito aos Estados Unidos da América do Norte; Mendonça Júnior para congratular-se com o Ministro da Viação pelo estudo que mandou realizar para a construção da estrada de ferro Palmeira a Belmiro, no Estado de Alagoas; Muniz Falcão, criticando auxiliares diretos do Presidente da República, inclusive o D.A.S.P., que deixam de atender requisições da Câmara dos Deputados; Lameira Bittencourt para responder ao Sr. Fernando Ferrari, na qualidade de Relator da Comissão de Finanças; Manoel Novaes, para apreciar a figura do professor Mário Pinotti; Flores da Cunha, para apreciar a política interna da Argentina; Fernando Ferrari, Aluísio de Castro e Arruda Câmara, por ocasião de votação do projeto 2956-C-53 (Segunda discussão), que retifica a Lei 1.757, de 10-12-52, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1953; Medeiros Neto, Aliomar Baleeiro e Gustavo Capanema, por ocasião da segunda discussão do projeto que proíbe a fabricação, o comércio e o uso de fogos de estampido; Celso Peçanha, sobre a fundação do I.B.G.E.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 25 de maio, os seguintes senhores senadores: João Vilasboas sobre o projeto de reforma do Código Eleitoral; Ferreira de Souza, Kerginaldo Cavalcanti e Carlos Saboia para encaminharem a votação do Projeto de Reforma que altera o Código Eleitoral.

Falaram, na sessão de 26 de maio, os seguintes senhores senadores: Valdemar Pedrosa sobre o problema da cheia na Amazônia; Gomes de Oliveira sobre problemas de justiça interna; Ivo d'Aquino, Matias Olímpio, João Vilasboas e Kerginaldo Cavalcanti quando de continuação

de votação em discussão preliminar do projeto de Lei do Senado que altera o Código Eleitoral; João Vilasboas e Francisco Galloti para encaminharem a votação em discussão única do projeto de lei da Câmara que dá anistia aos eleitores faltosos e Onofre Gomes sobre problemas de dragagem do Estado do Ceará.

Falaram, na sessão de 27 de maio, os seguintes senhores senadores: Ivo D'Aquino sobre o Acôrdo Comercial celebrado entre o Brasil e a Argentina; Kerginaldo Cavalcanti, Domingos Velasco, Ismar de Góes, Dario Cardoso para encaminharem a votação do projeto de lei da Câmara que dá anistia aos eleitores faltosos; Dario Cardoso evocando o Projeto de Resolução que constitui Comissão para acompanharem como membros do Senado à 36.^a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra; Álvaro Adolfo sobre o mesmo projeto de Resolução anterior, bem como o Sr. Francisco Galloti e Dario Cardoso sobre o projeto que concede anistia aos eleitores faltosos;

Publicado o discurso proferido pelo Sr. Othon Mader na sessão de 25 do corrente.

Falaram, na sessão noturna do dia 27 de maio, os seguintes senhores senadores, durante a votação em discussão única do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. Gomes de Oliveira, Álvaro Adolfo, Ismar de Góes, Alencastro Guimarães, Atílio Vivacqua, Kerginaldo Cavalcanti, João Vilasboas, Bernardes Filho, Domingos Velasco, Aloísio de Carvalho, Ferreira de Souza, Othon Mader e Carlos Sabaia.

Falaram, na sessão de 28 de maio, os seguintes senhores senadores: Magalhães Barata; Atílio Vivacqua, Ismar de Góes, Othon Mader, João Vilasboas, Aloísio de Carvalho, Ivo D'Aquino para encaminharem a votação do requerimento de preferência para a subemenda da Comissão de Finanças ao projeto de Lei da Câmara n.º 256-52. (Petrobrás). Nessa oportunidade pela ordem falou o senhor Bernardes Filho.

Por ocasião da leitura dos requerimentos números 140 e 141 falaram os seguintes senadores: Gomes de Oliveira, Ismar de Góes, João Vilasboas, Ivo d'Aquino, Domingos Velasco e Bernardes Filho.

Publicado o discurso do Sr. Othon Mader proferido na sessão de 26 de corrente sobre a Petrobrás.

Falaram, na sessão de 29 de maio, os seguintes senhores senadores: Anísio Jobim sobre a passagem do aniversário do I.B.G.E.; Alencastro Guimarães sobre a Mensagem do Executivo que cria o Fundo de Eletrificação Nacional; Ivo d'Aquino acerca de duas entrevistas concedidas pelo Sr. Embaixador Batista Lusardo; Othon Mader, Atílio Vivacqua, Ismar de Góes, João Vilasboas, Gomes de Oliveira, Kerginaldo Cavalcanti, Onofre Gomes, Ferreira de Souza, Camilo Mercio, Francisco Galloti, Landulfo Alves, Álvaro Adolfo, Alberto Pasqualini, Antônio Bayma, Aloísio de Carvalho quando da continuação da votação em discussão única do projeto que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lidas na hora do expediente da sessão de 25 de maio as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre projeto de lei que concede favores a devedores em mora com as Caixas Econômicas Federais; do mesmo Ministério, sobre atuação de um corpo de fiscais do imposto de renda por ocasião das eleições realizadas em 29 de março no município de Iraí, RS; ainda do mesmo, sobre apreensão de contrabandos; também do mesmo, sobre o empréstimo contraído no Eximbank dos E.U.A.

Deferidos, na sessão de 26 de maio, os seguintes requerimentos de informações: do deputado Augusto Meira, sobre designação de comissão especial para opinar sobre projeto de lei que concede anistia aos eleitores faltosos;

do mesmo sobre contribuição a ser paga à L.B.A. por beneficiários de isenções de impostos de importação; ainda do mesmo sobre abertura de crédito especial para construção e aparelhamento do porto de Santarém sobre o Tapajós; do deputado Tenório Cavalcanti, sobre a detenção de diversos auxiliares dos guardadores de automóveis no Quinto Distrito Policial; do mesmo sobre despesas com a ida de um dos cruzadores à Inglaterra, para representar o Brasil nas festas da coroação da Rainha Elisabeth; do deputado Benedito Vaz, sobre pagamento de abono familiar; do deputado Muniz Falcão, sobre execução da Lei n.º 1.780, de 1952, que dispõe sobre a apostila dos títulos do pessoal inativo, pela Diretoria da Despesa Pública; do deputado Fernando Ferrari, sobre o tombamento de prédios do Patrimônio Nacional, no município de Piratini, RS; do deputado Coelho de Souza, sobre amparo pelo Banco do Brasil a empresas jornalísticas; do deputado José Guimarães, sobre o teor da exposição de motivos enviada ao Presidente da República, pelo Ministério da Aeronáutica, publicada no *Diário Oficial* de 22 do corrente; do deputado Mauricio Joppert, sobre o critério adotado pelo Banco do Brasil na concessão de câmbio aos importadores, antes da assinatura do empréstimo ao "Eximbank"; do deputado Tarso Dutra, sobre a inspeção de estabelecimentos de ensino ginásial no país; e do deputado Benedito Vaz, sobre execução do Plano Postal.

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Agricultura, sobre projeto de lei que autoriza importação com isenção de direitos de fosfato monossódico ou anidrido fosfórico; do Ministério da Fazenda, sobre importação de vanilina; do mesmo Ministério, sobre exportação de bananas, licenciada pela CEXIM (D.C. 28-5, pág. 4652).

Deferido requerimento de informações da Comissão de Tomada de Contas sobre contrato celebrado entre o M.E.S. e o Estado do Paraná, para itensificação da assistência psiquiátrica (D.C. 28-5, pág. 4657).

Recebidas na sessão diurna de 29 de maio as seguintes informações: do M.Ae., sobre projeto de lei que dispõe sobre pagamento de diária de vó a servidores civis; do mesmo, sobre projeto de lei relativo a reforma de militares; do M.J.N.I., sobre projeto de lei que proíbe a substituição dos titulares dos cargos de Justiça por parentes em primeiro grau; do M.E.S., sobre verbas distribuídas ao INEP para construção de prédios escolares (D.C. 30-5, pág. 4737).

Deferidos os seguintes requerimentos na sessão noturna de 29 de maio: do deputado Breno da Silveira, sobre o cumprimento do Estatuto dos Funcionários Públicos por parte do Ministério da Guerra; do deputado Manhães Barreto, sobre a arrecadação do adicional do imposto de renda e qual o seu destino; do deputado Benedito Vaz, sobre o número de contribuintes dos impostos federais existentes em municípios de Goiás, que indica e qual a arrecadação nos mesmos em 1952; do mesmo, no mesmo sentido; e ainda do mesmo também no mesmo sentido; do deputado Vasco Filho, sobre o que consta do Plano de Economia, elaborado por recomendação da Presidência da República; do mesmo, sobre o que consta em processo do D.N.E.R., inclusive conclusões a que chegou a comissão designada pela Portaria n.º 18, de 1952; do deputado Carmelo d'Agostino, sobre pedidos de licença à CEXIM, pela "Société Anonyme du Gaz", do Rio de Janeiro; e do deputado Lopo Coelho, sobre a situação dos servidores em exercício no Serviço Nacional de Malária em relação ao abono de emergência.

No Senado Federal

Deferido o requerimento do senador João Vilasboas sobre permissão dada pelo Poder Executivo para venda de bens pertencentes ao Patrimônio Nacional, antes da autorização constitucional (D.C. 27-5, pág. 4625).

Recebidas as informações do M.V.O.P. sobre o planejamento e execução de obras no chamado Polígono das Sêcas (D.C. 29-5, pág. 4718).

Do Ministério da Marinha, chegam ao Senado informações a respeito do projeto de lei que dispõe sobre proventos de reforma de militares (D.C. 30-5, pág. 4789).

VETOS PRESIDENCIAIS

No Congresso Nacional

Mantido na sessão conjunta de 1 de junho o veto parcial do Presidente da República a dispositivos do projeto de lei que fixa para o quinquênio de 1951 a 1956 a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre e dá outras providências. Falaram pela rejeição do veto: Hugo Carneiro e pela sua manutenção: Alúzio de Castro (D.C. 2-6, pág. 4813).

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Wolfram Metzler apresentou os seguintes projetos de emendas constitucionais: revoga o parágrafo 1.º do inciso 6.º do artigo 19 da Constituição Federal que estabelece não incidir no imposto territorial sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel; e dá nova redação ao inciso IV do artigo 19 da Constituição Federal, que deu competência aos Estados para decretar impostos sobre vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definia a lei estadual (D.C. 6-6, págs. 5067 e 5075).

ACUMULAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em discussão única e vai à sanção o projeto de lei do Senado que modifica dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal na parte que disciplina o regime de acumulação permitido aos Ministros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (D.C. 4-6, pág. 5013).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Luiz Viana apresentou projeto de lei que exclui da obrigação de realização de taxas de que trata o art. 1.º da Lei n.º 1.807, de 1953, pelo menos a quinta parte de cada operação relativa a exportação de produto agrícola ou pecuário (D.C. 3-6, pág. 4915).

Publicada a redação final do projeto de lei que modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8 de setembro de 1947, e 1.184, de 30 de agosto de 1950 (D.C. 4-6, página 4984).

ANISTIA DE GREVISTAS

No Senado Federal

Lido, aprovado e enviado às Comissões Técnicas o projeto de Decreto Legislativo que concede anistia aos trabalhadores que hajam praticado falta grave ou delito de greve. (D.C. 3-6, pág. 4957).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que concede autonomia municipal aos municípios de Guarulhos, São Paulo, e São Francisco e Florianópolis, Santa Catarina (D.C. 4-6, pág. 4894). Aprovada na sessão de 5 de junho (D.C. 6-6, pág. 5082).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que retifica o orçamento de 1953 na parte de auxílios e subvenções consignadas no anexo 17 — Ministério da Agricultura (D.C. 4-6, pág. 4986). Aprovada a redação final (D.C. 6-6, pág. 5083).

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Finanças o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para auxílio de início de construção do Museu de Arte Moderna do Rio (D.C. 4-6, pág. 5009). O mesmo ocorreu com o projeto que inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União (pág. 5011).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto de lei que concede auxílio financeiro para a realização do I Congresso Nacional do Algodão, no município de Rancharia, SP (D.C. 4-6, pág. 5022).

Apresentados os seguintes projetos de lei: pelo deputado Paulo Neri, que concede auxílio para o término das obras do Hospital do Município de Parintins, Amazonas; e pelo deputado Flores da Cunha, que concede auxílio para prosseguimento da construção da Escola Agrícola da Fundação Agrícola Teutônia, no Município de Estrêla, RS (D.C. 6-6, pág. 5076).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir ao I.B.G.E. o crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00 para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil (D.C. 3-6, pág. 4953).

BENS DA UNIÃO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul por outra pertencente a particular (D.C. 4-6, pág. 5010).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir projeto da Comissão de Tomada de Contas que aprova a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.A. e Luís Antônio Tavares Silva, para a irrigação de uma propriedade agrícola (D.C. 4-6, pág. 4982).

Em discussão única, foram aprovadas as emendas do Senado aos seguintes projetos: autoriza o T.C. a registrar o contrato celebrado entre a D.R. dos Correios e Telégrafos de Botucatu e a firma Fagundes & Volpi Ltda.; idem entre o D.C.T. e a firma A. Th. Godoy Mata Machado; idem ainda entre as mesmas entidades (D.C. 4-6, pág. 5008).

Aprovado em segunda discussão o projeto que aprova os termos de rescisão dos contratos celebrados entre o D.C.T. e a firma construtora Richard de Bloch (D.C. 4-6, pág. 5010). Aprovado em primeira discussão o projeto que aprova o contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico e a Companhia Predial de Taubaté (D.C. 4-6, pág. 5012).

Foram a imprimir os seguintes projetos da Comissão de Tomada de Contas: mantém a decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre o M.A. e a firma Geraldo Duarte Passos, para execução de obras na I.R. da D.F.P.A. em Goiânia, Goiás; idem entre o

D.C.T. e a Standard Elétrica S.A. para fornecimento de mesas de comutação e exames; aprova o contrato celebrado entre o M.A. e a firma Construtora Americana Ltda., para execução de reparos no Entrepósito de Pesca do D.F.; revoga a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.A. e Francisco Alves de Oliveira, para fins de irrigação; e mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.J. N.I. e a firma Construtora Senobra Ltda., para construção das rês de água, gás, luz e esgotos primários e secundários na casa do administrador da Casa Maternal Melo Matos (D.C. 4-6, pág. 5016).

Chega ao Senado o Projeto de Decreto Legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de ajuste entre o D.C.T. e Álvaro Leite de Oliveira (D.C. 3-6, pág. 4955).

Vai a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de Decreto Legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de ajuste celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manoel Nunes de Magalhães e sua mulher Durcelina Maria de Carvalho (D.C. 3-6, pág. 4957).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que aprova o Acôrdio sobre Transportes Regulares celebrado entre o Brasil e a Bolívia (D.C. 4-6, pág. 5011).

DOAÇÃO

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Formiga, Estado de Minas Gerais, imóvel pertencente à União (D.C. 3-6, pág. 4953).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a promover a doação de imóvel à Prefeitura Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina (D.C. 6-6, pág. 5108).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Ari Pitombo apresentou projeto de lei que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pela extinta Escola Superior de Comércio de Alagoas quando a mesma funcionava sob o regime de subvenção federal e estadual (D.C. 4-6, pág. 4991).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que cria a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi (D.C. 3-6, pág. 4953).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Ranieri Mazzilli ao projeto de lei que aplica aos corretores, Câmaras Sindicais, Juntas de Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o País, a legislação referente e anteriormente decretada para o Distrito Federal (D.C. 3-6, pág. 4866).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que atribui prerrogativas de Contadores aos diplomados em 1948-49, de acôrdio com o disposto no Decreto n.º 8.191, de 20-11-45 (D.C. 4-6, pág. 4979).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Com relatório preliminar da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1954 (D.C. 3-6, pág. 4912).

O deputado Lacerda Werneck apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com a criação de agências postais telegráficas no Estado do Paraná (D.C. 3-6, pág. 4915).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento a concessionários de portos (D.C. 4-6, página 4984).

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento da cota devida aos municípios e relativa ao imposto de renda (D.C. 4-6, pág. 4936). Aprovada a redação final (D.C. 6-6, pág. 5082).

FINANCIAMENTOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a emitir até sessenta bilhões de cruzeiros para o fim específico de empréstimo às Prefeituras Municipais e aos pequenos lavradores, a juros de 3% anuais e prazo de resgate nunca inferior a oito anos (D.C. 3-6, pág. 4914).

FORÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que submete ao regime de controle militar das Forças Armadas, em caso de manobras, mobilização, guerra civil ou guerra externa, os depósitos e postos de distribuição e vendas de inflamáveis, combustíveis e lubrificantes, sediados em território nacional, bem como estabelece outras providências do interesse público (D.C. 6-6, pág. 5076).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para indenizar o Estado de Goiás pelos imóveis atingidos pelo traçado da E.F. Goiás (D.C. 4-6, pág. 4985). Aprovada a redação final (D.C. 6-6, pág. 5082).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Menezes, em virtude de danos causados em sua propriedade (D.C. 4-6, página 5010).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicadas as seguintes redações finais: concede isenção de direitos de importação para dois transmissores de radiodifusão adquiridos pela Rádio Globo S.A.; idem para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula; e idem para uma cidade miniatura denominada Railwaylândia, importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer (D.C. 4-6, pág. 4935). Aprovadas as redações finais (D.C. 6-6, pág. 5082).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para mate-

riais quando importados pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e demais empresas ferroviárias do país (D.C. 4-6, pág. 5011).

O deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que isenta de direito de importação de dez mil álbuns adquiridos por D. Antônio Zattera, bispo de Pelotas, para distribuição entre os seus diocesanos (D.C. 4-6, página 5022).

Apresentado pelo deputado Willy Frohlich projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, RS (D.C. 6-6, página 5076).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que transforma em § 1.º o parágrafo único do artigo 634 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta mais um parágrafo ao mesmo artigo (D.C. 4-6, pág. 4985). Aprovada a redação final (D.C. 6-6, pág. 5082).

Aprovado em segunda discussão com subemenda o projeto de lei que altera critério de descontos de utilidades sobre o salário-mínimo para os efeitos do artigo 82 da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 4-6, pág. 5005). Também em segunda discussão foi aprovado o projeto de lei que estende aos trabalhadores rurais as disposições do título IV da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 4-6, pág. 5008).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que institui salário adicional para os trabalhadores que prestam serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade (D.C. 6-6, pág. 5108).

LEI DE IMPRENSA

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto de lei que regula a liberdade de imprensa (D.C. 4-6, página 4973).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Gustavo Capanema apresentou projeto de lei que prorroga por seis meses a vigência da Lei n.º 842, de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D.C. 6-6, pág. 5076).

MORATÓRIA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Paulo Neri apresentou projeto de lei que concede moratória às dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, justificadores e agricultores em geral localizados nos Estados do Amazonas e Pará (D.C. 4-6, página 5021).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Coelho de Souza ao projeto de lei que cria o museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina (D.C. 3-6, pág. 4862).

Foram a imprimir os pareceres das comissões às emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais (D.C. 4-6, pág. 4980).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres dos órgãos técnicos, inclusive Comissão Especial, foi a imprimir o projeto de lei que altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde. Neste projeto estão as emendas que dispõem sobre novos níveis de vencimentos para as carreiras de nível universitário superior (D.C. 3-6, página 4873).

Publicada a redação final dos projetos de lei que: altera, com redução de despesa, o Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco; estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União e para o representante da Fazenda Nacional e tira a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de diferença de vencimentos a Álvaro Ozório de Almeida, falecido; idem para pagamento de gratificações de magistério a professores do M.E.S. (D.C. 4-6, págs. 4985-89). Aprovadas as redações finais (D.C. 6-6, pág. 5082).

Os deputados Muniz Falcão e Lameira Bittencourt apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos de lei: dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado durante a última Grande Guerra pelos servidores da União, dos Estados, Municípios, autarquias, entidades paraestatais e sociedades de economia mista em geral e Banco do Brasil S.A.; e revoga o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 8.440, de 24 de dezembro de 1945 e dá outras providências sobre a situação jurídica dos servidores das antigas concessões Ford de Belterra e Fordlândia, no Pará (D.C. 4-6, página 4991).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: dispõe sobre o provimento dos cargos da carreira de Detetive do Q.P. do M.J.N.I.; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de honorários a que fizeram jus os professores do Colégio Pedro II, integrantes de bancas examinadoras (D.C. 4-6, pág. 5008).

O deputado Sá Cavalcanti apresentou projeto de lei que interpreta o artigo 1.º da Lei n.º 1.234, de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operam com raios X e substâncias radioativas (D.C. 4-6, pág. 5022).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de Lei da Câmara: a) que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Antônio Joaquim da Costa, Zelador da Casa Rui Barbosa; b) que promoverá a transferência para o serviço da União, como extranumerários, dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana; c) que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário e Justiça Eleitoral — crédito especial de Cr\$ 11.120,00 para pagamento de gratificação de representação aos juizes e escrivães eleitorais no Estado de Santa Catarina e d) que estende aos auditores de 1.ª entrância e aos advogados de Justiça Militar, o direito à gratificação adicional por tempo de serviço, previsto no art. 13, § 2.º da Lei número 116-15-10-47 (D.C. 3-6, págs. 4953-64).

E' lido e enviado às Comissões técnicas o projeto de Lei do Senado que computa como de serviço público da União o tempo de serviço prestado pelos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina (D.C. 4-6, pág. 5026).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários daquele Ministério; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir o

crédito especial de Cr\$ 7.590,00 para pagamento de diferença de vencimento ao professor João de Lamare São Paulo (D.C. 6-6, pág. 5108).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Vai ao Senado Federal (D.C. 3-6, pág. 4919).

Iniciada a votação, em segunda discussão do projeto de lei e respectivas emendas que regula as promoções dos oficiais do Exército (D.C. 3-6, pág. 4927). Aprovado e enviado à Comissão de Redação (D.C. 4-6, pág. 5001).

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de abono de Natal aos primeiros tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Aprovada a redação final (D.C. 6-6, pág. 5082).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia da Marinha e regula a situação desses oficiais no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais (D.C. 4-6, pág. 5009).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento, na Polícia Militar do D.F., de ajuda de custo (D.C. 3-6, página 4953).

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Publicado o voto do deputado Parailio Borba, referente à Receita arrecadada no exercício de 1951, constante do processo de prestação de contas do Presidente da República (D.C. 3-6, pág. 4865).

PETROBRÁS

No Senado Federal

Prosseguiu a votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 265-52 que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.

Durante os debates para encaminharem a votação falaram os seguintes senadores: Alberto Pasqualini, Aloísio de Carvalho, Ismar de Góis, Alencastro Guimarães, Domingos Velasco, Atílio Vivacqua e Ferreira de Souza (D.C. 3-6, pág. 4960).

Prosseguiu a votação em discussão única do projeto de lei da Câmara dos Deputados n.º 265-52 que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. Durante os debates para encaminharem a votação falaram os seguintes senhores senadores: Kerginaldo Cavalcanti, Ismar de Góis, Aloísio de Carvalho, Atílio Vivacqua, Alberto Pasqualini, João Vilasboas, Domingos Velasco e Francisco Galloti (D.C. 4-6, págs. 5038-43).

Prosseguiu a votação do projeto de lei da Câmara dos Deputados n.º 265-52. Durante os debates, para encaminharem a votação falaram os seguintes senhores senadores: João Vilasboas, Ismar de Góis, Ferreira de Souza, Kerginaldo Cavalcanti, Atílio Vivacqua, Domingos Velasco e Landulfo Alves (D.C. 6-6, págs. 5114-19).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Ulysses Lins apresentou projeto de lei que concede pensão especial à viúva do Professor Domingos Alves Feitosa, agente fiscal do imposto de consumo, aposentado, falecido em 16-11-44, (D.C. 3-6, pág. 4914).

Publicadas as seguintes redações finais: concede pensão especial à viúva do Dr. Acilino de Leão Rodrigues; determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos IAP e CAP para prestação de assistência alimentar aos seus associados; e concede pensão especial à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do imposto de consumo (D.C. 4-6, pág. 4985). Aprovadas as redações finais (D.C. 6-6, pág. 5082).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pescador José Maurilho (D.C. 6-6, pág. 5108).

PROTEÇÃO À FAMÍLIA

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir projeto de lei que altera dispositivos do Decreto-lei n.º 3.200, de 19-4-41, que dispõe sobre a organização e proteção da família (D.C. 4-6, pág. 4980).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a exposição, sobre o problema da esquistossomose feita pelo Dr. Mário Pinotti perante a Comissão de Saúde Pública, em reunião de 2 de junho (D.C. 6-6, pág. 5060).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial de vinte e cinco milhões de cruzeiros para aterrar área pertencente à Marinha, na Avenida Brasil, a fim de ser destinada à construção de um Pôrto de Pesca do Distrito Federal, bem como a instalar, em parte da área conquistada, a Colônia de pescadores Z-5, despejada da Ponta do Caju, onde ainda se encontra (D.C. 3-6, pág. 4914).

Com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, foi a imprimir o projeto de lei que retifica o artigo 7.º da Lei n.º 1.815, de 1953, que beneficia as empresas nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea (D.C. 4-6, pág. 4982).

O deputado Leite Neto apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a empregar a importância que especifica na aquisição de terreno para a Escola Industrial de Aracaju (D.C. 4-6, pág. 4991).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém, e Fortaleza (D.C. 4-6, pág. 5005). Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção e distribuição das redes de água potável e esgoto da cidade de São Lourenço, MG (pág. 5006).

Em virtude de requerimento, vai à Comissão de Segurança Nacional o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para instalações de rádio a bordo das aeronaves nacionais e à operação dessas instalações na conformidade do disposto nas convenções e regulamentos internacionais (D.C. 4-6, pág. 5006).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Promulgados os projetos de resolução que criam comissões parlamentares de inquérito para ampla investigação em torno de operações de crédito realizadas entre o Banco do Brasil e diversas empresas de publicidade, especialmente a empresa "Érica", que edita os jornais "Última Hora" e "Flan" (D.C. 3-6, pág. 4859).

Prosseguiu a segunda discussão do projeto de lei que proíbe a fabricação, o comércio e o uso de fogos de estampido, qualquer que seja o seu teor de pólvora, em todo o território nacional (D.C. 3-6, pág. 4921).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei (substitutivo) que modifica o artigo 19 do Decreto-lei n.º 794, de 19 de outubro de 1938 (Código de Caça e Pesca) (D.C. 4-6, pág. 5005).

Em virtude de emendas, volta à Comissão Parlamentar de Inquérito o projeto de resolução que determina a remessa do relatório sobre operações da Carteira de Redescostos e da Caixa de Mobilização Bancária à Comissão de Finanças (D.C. 4-6, pág. 5022).

Foi encerrada a primeira discussão dos seguintes projetos de resolução: determina o arquivamento do Inquérito Parlamentar sobre assuntos ligados à Agência Nacional; aprova as conclusões do relatório da comissão de inquérito sobre ocorrências verificadas na fronteira do Brasil com a Argentina; e autoriza a Mesa da Câmara a remeter ao Presidente da República os autos do inquérito realizado sobre atividades da Comissão Central de Preços (D.C. 4-6, pág. 5027). Aprovados os dois primeiros projetos de resolução (D.C. 6-6, pág. 5083).

Publicado o parecer do deputado Coelho de Souza ao projeto de lei que dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de José do Patrocínio (D.C. 6-6, pág. 5059).

No Senado Federal

Vai a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que fixa o número de deputados para a próxima legislatura (D.C. 3-6, pág. 4955).

Encerrada a discussão e adiada a votação do parecer n.º 456-53, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a consulta da mesa, relativa à convocação de suplente em caso de licença de Senador (D.C. 3-6, pág. 4965).

Lidos os pareceres das Comissões Técnicas do projeto de lei da Câmara que regula o regime das Empresas Concessionárias do Serviço Público (D.C. 6-6, págs. 5119-20).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Vão a imprimir os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Djalma Aranha, Sobrinho e Sigefredo Pacheco (D.C. 3-6, página 4913).

Publicado o requerimento do deputado Fernando Ferrari que convoca o Ministro da Viação e Obras Públicas para prestar esclarecimentos sobre a construção da Usina de Candiota, no Rio Grande do Sul (D.C. 3-6, página 4913).

Aprovado e vai à promulgação o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde, em prorrogação, ao deputado Pessoa Guerra (D.C. 3-6, página 4919).

Publicado o parecer do deputado Antônio Balbino ao requerimento do deputado Hugo Carneiro em que solicita pagamento de subsídios e ajudas de custo a que se julga com direito (D.C. 6-6, pág. 5058).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o discurso proferido pelo ministro da Agricultura na sessão de 7 de maio, quando foi convocado para prestar informações sobre assuntos de sua pasta (D.C. 2-6, pág. 4822).

Falaram, na sessão de 2 de junho, os seguintes senhores deputados: Gama Filho, para estranhar a decisão da Comissão Especial que se pronunciou contrariamente ao aumento de salários dos médicos; Manuel Novais sobre financiamento da lavoura algodoeira da Bahia, ocasião em que apresentou requerimento sobre o assunto; Epílogo de Campos para apresentar projeto de sua autoria; Muniz Falcão, sobre pagamento de abono de emergência no Lóide Brasileiro e Companhia Nacional de Navegação Costeira; Sá Cavalcanti, sobre o aniversário da "O Radical"; Armando Falcão, sobre financiamento do Banco do Brasil ao jornal "Última Hora"; Frota Aguiar, sobre mais um aniversário do SAMDU; Breno da Silveira para apresentar requerimento de informações sobre a crise de energia; José Guimarães, sobre crônica publicada no "Diário Carioca" a respeito do caso de "Última Hora"; Benjamin Farah para ler mensagem do desembargador Saboia Lima, consagrada ao Dia da Infância; Heitor Beltrão sobre o aniversário do "Lux-Jornal"; Leite Neto para ler telegrama da Assembléia Legislativa de seu Estado a respeito do projeto de reforma agrária; Mendonça Júnior para um apelo ao D.N.E.F. no sentido de ser iniciada a construção de ramal ferroviário em seu Estado; Lauro Cruz sobre o aniversário da Escola Paulista de Medicina; Luiz de Viana sobre a situação econômico-financeira dos Estados do Norte do Brasil; Afonso Arinos, para falar sobre a extinção da Comissão Mista Brasil Estados Unidos; Gustavo Capanema no mesmo sentido; Fernando Ferrari, a respeito dos financiamentos do Banco do Brasil à empresa de publicidade "Érica S.A." e sobre o projeto de lei que proíbe os fogos de estampido; João Cabanas, sobre este último assunto; Armando Falcão, ainda sobre o caso de "Última Hora"; Virgílio Távora, no debate do projeto de lei que dispõe sobre a promoção dos militares do Exército; Lima Figueiredo, sobre o mesmo assunto; Vasco Filho, a propósito de artigo publicado no "Diário Carioca", para falar sobre irregularidades no D.N.E.R.; Arnaldo Cerdeira, sobre questões de política regional.

Falaram, na sessão de 3 de junho, os seguintes senhores Deputados: Berbert de Castro para ler dois telegramas, um da Associação dos Agricultores de Cacaú e da Cooperativa Mista de Agricultores e outro do Vereador Humberto Sodré Soares em nome do Distrito Federal; Frota Aguiar fazendo um apelo ao general Chefe de Polícia para orientar o inquérito policial acerca do incêndio da Favela da Hípica, na Gávea; Celso Peçanha para alertar os dirigentes do Lóide Brasileiro e da Companhia de Navegação Costeira sobre a greve e para solidarizar-se com a União Fluminense dos Estudantes; Lúcio Bittencourt para ler memorial apresentado ao Diretor da CEXIM pelas classes produtoras de Minas Gerais; Breno da Silveira sobre visita que fez à favela do Morro da União atingida pela violência da Polícia Municipal; Brígido Tinoco sobre amparo e reivindicações aos Marítimos; Freitas Cavalcanti apelando ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para amparar o Convento de São Francisco; Coutinho Cavalcanti congratulando-se com o Diretor da Fundação da Casa Popular; Muniz Falcão sobre o DASP; Benjamin Farah sobre o salário-família dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina; Wolfran Matzler lendo carta do Dr. Mário Pinotti; Luiz Viana sobre entrevista do Dr. Otávio Mangabeira dada ao "Diário da Bahia"; Mário Palmério sobre a mudança da Capital Federal; Plínio Cavalcanti sobre entrevista do Ministro da Fazenda; Daniel Faraco acerca dos trabalhos do Instituto Brasileiro de Economia; Fernando Ferrari para encaminhar a votação do Requerimento que solicita designação de comissão que opine sobre o projeto que cria a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda; Tristão da Cunha sobre a Lei de Licença Prévias; Ulisses Guimarães por ocasião da segunda

discussão do projeto 3.293-53. Aziz Maron para cuidar de assunto do Estado da Bahia; Jalder Albergaria sobre a paralisia infantil em nosso país; Coelho de Souza quando da primeira discussão do projeto de Resolução 361-53; Tristão da Cunha também sobre política financeira e Tenório Cavalcanti sobre o mesmo assunto.

Falaram, na sessão de 5 de junho, os seguintes senhores deputados: Manuel Ribas sobre problemas da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; Cunha Machado acerca do Marechal João de Albuquerque Serejo; Parailio Borba sobre a indústria de Madeira no Paraná; Frota Aguiar para felicitar o jornal "O Dia"; Tenório Cavalcanti para alertar o Governo sobre o problema da energia hidráulica em São Paulo; Alberto Botino sobre o projeto de lei número 1267-F-48; Vasconcelos Costa acerca do projeto número 1.146-49; Brígido Tinoco sobre o projeto que concede aos médicos do serviço público a letra "O"; Paulo Sarazate sobre as verbas do Departamento de Obras Contra as Secas; José Augusto acerca do regime presidencialista e parlamentarista; Arruda Câmara sobre o projeto que concede aos trabalhadores participação dos lucros das empresas; Roberto Morena acerca do Acôrdio de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos; Gustavo Capanema respondendo ao discurso do Sr. Roberto Morena; Afonso Arinos para completar esclarecimentos a discurso do Sr. Aliomar Baleeiro; Flores da Cunha sobre o problema de exportação de areias monazíticas; Aliomar Baleeiro sobre o mesmo assunto do Sr. Flores da Cunha; Armando Falcão para encaminhar a votação em primeira discussão do projeto de Resolução que determina o arquivamento do Inquérito Parlamentar sobre assuntos ligados à Agência Nacional; Firman Neto, Rui Ramos, Coelho de Souza e Flores da Cunha para encaminharem a votação em primeira discussão do projeto de Resolução n.º 333-52; Fernando Ferrari sobre o projeto de Resolução anterior; Muniz Falcão e Rui Santos para encaminharem a votação do Projeto de Resolução 321-52 e Lacerda Werneck para uma explicação pessoal.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 2 de junho, os seguintes senhores senadores: Alencastro Guimarães sobre política financeira; Ferreira de Souza sobre matéria de relações exteriores tendo em vista a República Argentina e Kerginaldo Cavalcanti congratulando-se com as reportagens radiofônicas da Rádio Tupi sobre as atividades do Congresso Nacional por seu primeiro aniversário.

Falaram, na sessão de 3 de junho, os seguintes senhores senadores: Onofre Gomes sobre a necessidade de um navio escalar no Porto de Chaval para dar escoamento ao sal aí armazenado e Ivo d'Aquino acerca de problemas dos radiotelegrafistas e dos de aeronaves.

Falaram, na sessão de 5 de junho, os seguintes senhores senadores: Joaquim Pires para fazer o necrológico do Marechal João de Albuquerque Serejo e Apolônio Sales sobre os problemas dos agricultores brasileiros.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lidas na sessão de 2 de junho as seguintes informações: do Ministério da Marinha sobre a revogação, em 2 de janeiro de 1950, da Circular número 41, de 29 de junho de 1947, da então Diretoria de Marinha Mercante; do mesmo, sobre inquérito instaurado para apurar as causas do encalhe do cruzador "Rio Grande do Sul", quando demandava o porto do Recife; do Ministério do Trabalho, sobre financiamentos para aquisição de moradia prestados pelas CAP de Ferroviários e de Serviços Públicos do Rio Grande do Sul; do Ministério da Fazenda, sobre projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para material destinado à Companhia Usina do Outeiro; e do mesmo sobre projeto de lei que cria uma alfândega em Belo Horizonte.

Aprovados os seguintes requerimentos: solicita designação de comissão especial para relatar o projeto de lei que permite a admissão de pessoas jurídicas nas cooperativas de transportes de passageiros e de cargas; idem que dispõe sobre a inclusão do Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária; idem que institui em todo o país o Serviço de Contrataria dos Metais Preciosos; idem sobre o que dispõe a respeito da organização jurídica da Rede Ferroviária do Nordeste; idem que concede anistia aos eleitores que deixaram de comparecer e votar nas últimas eleições; idem sobre o que dispõe a respeito do pagamento de 10% por parte dos beneficiários de isenções alfandegárias e seu recolhimento em favor da L.B.A.; idem que dispõe sobre a regulamentação do parágrafo 4.º, artigo 153, da Constituição Federal; idem que autoriza abertura de crédito especial para construção e aparelhamento do porto de Santarém, sobre o rio Tapajós; e idem sobre o que cria a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda (D.C. 4-6, págs. 5005-6).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Carmelo D'Agostino, sobre o empréstimo de trezentos milhões de dólares obtido pelo Brasil no "Eximbank"; do deputado Muniz Falcão, sobre início de obras de construção de Posto de Saúde em Junqueiro, Alagoas; do deputado Manoel Novais, sobre financiamento da lavoura algodoeira da Bahia; do deputado Fernando Ferrari, sobre despacho exarado em processo da estudante Ruth Paiva, que requereu matrícula no Ginásio Rui Barbosa, de Porto Alegre; do mesmo sobre situação de ex-servidor do M.A. julgado incapaz para o serviço público; do deputado Brígido Tinoco, sobre preterição de direitos de guardas do Serviço Nacional de Febre Amarela; e do deputado Breno da Silveira, sobre a situação de funcionários dos Sanatórios de propriedade do IAPB (D.C. 4-6, pág. 5021).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Marinha, sobre viagens de instrução do navio escola "Almirante Saldanha"; do Ministério da Fazenda, sobre projeto de lei que abre crédito especial para pagamento ao "Lóide Brasileiro"; do Ministério da Educação e Saúde, sobre pagamento de repouso remunerado devido a diaristas de obras; do mesmo, sobre obras do Hospital de Barreiro, em Belo Horizonte; ainda do mesmo, sobre projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a construção do Hospital do Radialista; do Ministério da Viação, sobre seguro de bens pertencentes à E.F. Leopoldina (D.C. 6-6, pág. 5065-6).

No Senado Federal

Deferido o requerimento do senador João Vilasboas solicitando informações ao Poder Executivo sobre venda de bens pertencentes ao Patrimônio Nacional (D.C. 4-6, pág. 5026).

EMENDA PARLAMENTARISTA

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado, em primeira discussão, o projeto de emenda constitucional que institui o regime parlamentarista (D.C. 12-6, pág. 5351). Entra em votação também a subemenda à emenda constitucional n.º 4, de 1949, na sessão de 12 de junho (D.C. 13-6, pág. 5409).

ABONO DE EMERGÊNCIA NO JUDICIÁRIO

No Senado Federal

Vão a imprimir os pareceres das comissões Técnicas ao projeto de lei da Câmara que estende os dispositivos da Lei n.º 1.765, de 18-12-52, aos servidores das Secretarias, do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal

Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas, etc. (D.C. 12-6, págs. 5371-72).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que dá nova redação ao art. 31 da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo público (D.C. 13-6, pág. 5419).

No Senado Federal

E' lido, aprovado e enviado às Comissões Técnicas o projeto de lei n.º 17, de 1953 no qual o Governo adquirirá por compra para revenda pelo custo, inclusive despesas que se tornarem devidas, aos agricultores nordestinos cujas terras estejam compreendidas no polígono das secas, até dez mil jeeps de fabricação nacional ou estrangeira, utilizando-se para tal fim de parte do saldo orçamentário de 1952. (D.C. 9-6, pág. 5157).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Iniciado o encaminhamento da votação do projeto de lei que concede auxílio de cinco milhões de cruzeiros para custear as despesas com a realização do VI Congresso Eucarístico Nacional (D.C. 9-6, pág. 5145). Prosseguiu o debate (D.C. 10-6, pág. 5201). Aprovado com emenda (D.C. 12-6, pág. 5351). Aprovado em segunda discussão (D.C. 13-6, pág. 5407).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que concede auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, SP (D.C. 10-6, pág. 5191).

Os deputados Gentil Barreira e Luiz Viana apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos de lei: concede auxílio à Associação Cearense do Ministério Público; e idem à Associação Baiana de Imprensa (D.C. 10-6, pág. 5196).

Com pareceres das comissões, foram a imprimir as emendas do Senado aos projetos de lei que: concede subvenção anual à campanha nacional de educandários gratuitos; e concede auxílio para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento de açude público da cidade de Triunfo (D.C. 11-6, pág. 5273).

Foram a imprimir os projetos de lei que: concede auxílio aos alunos da Escola Nacional de Engenharia, que vão à Europa em viagem de estudos e propaganda cultural do Brasil; e autoriza abertura de crédito especial para pagamento de subvenção devida ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá (D.C. 11-6, págs. 5276-77).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas do Primeiro Congresso de História do Pará (D.C. 12-6, pág. 5338).

Com substitutivo da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (D.C. 13-6, pág. 5415).

Publicada a redação final do projeto de lei que retifica o orçamento de 1953 na parte referente a auxílios e subvenções, consignadas a várias instituições no anexo 21 — M.J.N.I. (D.C. 13-6, pág. 5421).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarinenses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes (D.C. 9-6, pág. 5153).

Vai a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União, as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (D.C. 12-6, página 5371).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pelas enchentes do rio Amazonas, nos Estados do Pará e do Amazonas (D.C. 13-6, pág. 5442).

Em discussão única, volta às Comissões Técnicas o projeto que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União a Faculdade do Rio Grande do Sul (D.C. 13-6, pág. 5446).

BENS PÚBLICOS

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno pertencente à Viação Férrea do Grande do Sul por outra igual de propriedade de empresa particular (D.C. 11-6, página 5260). Aprovada a redação final (D.C. 12-6, pág. 5350).

CÓDIGO DE CAÇA E PESCA

Na Câmara dos Deputados

Vai a imprimir a redação final do projeto de lei que revoga o art. 19 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 794, de 1938 (Código de Caça e Pesca) (D.C. 11-6, página 5260). Aprovada a redação final (D.C. 12-6, pág. 5350).

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela constitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que dá nova redação ao § 2.º do art. 19, do Código de Justiça Militar (D.C. 10-6, pág. 5212).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Foram a imprimir os seguintes projetos da Comissão de Tomada de Contas: aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e a Cia. Federal de Eletricidade para fornecimento de um gabinete radiológico e instalação do mesmo no Sanatório Penal do D.F.; e idem entre o Ministério da Educação e o Estado de São Paulo para manutenção de leprosários e preventórios (D.C. 9-6, pág. 5137).

Publicadas as redações finais dos projetos que: aprova contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Fagundes Volpi Ltda., para construção de prédio em Santa Cruz do Rio Pardo; idem entre o mesmo e a firma A. Th. Godoy Mata Machado, para construção de prédio em Mogi das Cruzes; idem entre os mesmos para construção de prédio em Guaratinguetá; e idem de rescisão dos contratos celebrados entre o mesmo e a firma Construtora Richard de Bloch, para a construção de prédios nas cidades de Lins e Marília, SP (D.C. 11-6 pág. 5260). Essas redações finais foram aprovadas na sessão de 11 de junho (D.C. 12-6, pág. 5350).

Da Comissão de Tomada de Contas, foram a imprimir os seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas e a firma Maveroy Sociedades Indústrias Frigoríficas Limitada para ampliação das instalações da indústria de frio da Empresa de Armazéns Frigoríficos; e aprova a resolução do T.C. que negou registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o M.E.S. e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, para funcionamento do Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra no Hospital Frei Antônio (D.C. 13-6, págs. 5416 e 5418).

No Senado Federal

São aprovados os pareceres da Comissão de Redação aos seguintes projetos de decretos legislativos: a) que autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de empreitada celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e a firma Construtora Mantiqueira S.A. para execução de obras complementares de pequeno vulto no Pavilhão de Cursos do Instituto Osvaldo Cruz, do D.F.; b) que aprova o termo de renovação de contrato celebrado entre Jonas Machado da Costa e o Ministério de Agricultura para desempenhar a função de Entomologista no Instituto Agromômico do Leste; c) que aprova o termo de renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Flo-riano dos Santos Lima para desempenhar a função de professor de Física na Escola de Aeronáutica; d) que aprova o termo de contrato entre a Agência Nacional e a União Cinematográfica Brasileira S.A., para distribuição, mediante locação, dos filmes produzidos pela referida agência (D.C. 11-6, págs. 5307-8).

Adiada a votação e discussão única do projeto de Decreto Legislativo que reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o D.C.T. e Wolney Frederico Dantas Hupsel para desempenhar a função de Engenheiro Especializado em pesquisas tecnológicas (D.C. 13-6, pág. 5446).

CÔRTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara e é lida no expediente da sessão de 12 de junho a mensagem do Poder Executivo que solicita ao Poder Legislativo autorização para que o Brasil declare aceitar novamente a jurisdição obrigatória da Corte Internacional de Justiça, sob condição de reciprocidade e por cinco anos (D.C. 13-6, pág. 5395).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara, acompanhado de Mensagem do Poder Executivo, o texto do Tratado de Extradicação, firmado entre os Governos do Brasil e da Bélgica (D.C. 10-6, pág. 5210).

Publicada a redação final do projeto que aprova o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Bolívia (D.C. 11-6, pág. 5261). Aprovada a redação final (D.C. 12-6, pág. 5350).

O deputado Lacerda Werneck apresentou projeto de lei que dispõe sobre a designação do Adido Agrícola para servir junto às Missões Diplomáticas ou de representante permanente ou não junto às organizações agrícolas internacionais (D.C. 12-6, pág. 5342).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a União a fazer doação à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, de um lote de terras no

setor central da cidade de Goiânia, Estado de Goiás (D.C. 9-6, pág. 5132).

O deputado Rui Almeida apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar à União dos Homens de Côr o imóvel do Domínio da União sito na Praia do Flamengo n.º 132, Distrito Federal (D.C. 16-6, página 5423).

CÓDIGO CIVIL

No Senado Federal

E' lido, aprovado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que atualiza o instituto da adoção prescrito no Código Civil (D.C. 9-6, pág. 5154).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto de lei que isenta do pagamento do imposto de renda as importâncias que representem despesas feitas com finalidade educativa (D.C. 9-6, pág. 5140).

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

No Senado Federal

E' retirado da ordem do dia a fim de cumprir diligências determinadas o projeto de lei da Câmara que regula o regime das empresas concessionárias de serviços públicos (D.C. 11-6, pág. 5306).

Prosseguiu a discussão do projeto de lei que regula o regime das empresas concessionárias de Serviços Públicos. Requerida a audiência da Comissão de Justiça para o substitutivo elaborado pela Comissão de Transportes (D.C. 9-6, pág. 5163).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Paulo Couto apresentou projeto de lei que regula os direitos dos diplomados pelo Curso de Legislação Sindical e do Trabalho (D.C. 9-6, pág. 5140).

Com pareceres das comissões, foi a imprimir o projeto de lei que regulamenta o exercício das atividades dos viajantes, vendedores e representantes comerciais (D.C. 10-6, pág. 5176).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer contrário à emenda de primeira discussão, foi a imprimir o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para as despesas com a manutenção, em 1953, da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pousa e Recuperação em Pirapora e Monte Azul (D.C. 9-6, pág. 5134).

Vai a imprimir o projeto de resolução que autoriza a Mesa da Câmara a realizar, pelo saldo da verba de subsídio, pagamento das despesas relacionadas no balancete da receita e da despesa da Câmara relativo ao mês de abril (D.C. 10-6, pág. 5191).

Publicada a redação final do projeto de lei que retifica o Orçamento de 1953, na parte do anexo 21 — M.J.I., verba de Serviços e Encargos (D.C. 10-6, pág. 5193). Volta à Comissão de Redação (D.C. 11-6, pág. 5268).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto de lei que manda cancelar os lançamentos "ex-officio" do imposto de renda iniciados ou em fase de cobrança administrativa

ou judicial com base nos exercícios fiscais até 1952, inclusive, e proíbe revisões posteriores (D.C. 10-6, página 5215).

Apresentado pelo deputado Brochado da Rocha o projeto de lei que retifica o Orçamento de 1953 na parte relativa a auxílio e subvenções consignadas no Anexo do Ministério da Educação (D.C. 11-6, pág. 5261).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de créditos adicionais ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral (D.C. 11-6, pág. 5274).

Vai a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, a emenda do Senado ao projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar para pagamento de diversas despesas no M.J.N.I. (D.C. 11-6, pág. 5276).

Publicado para estudo o relatório do deputado Antônio Horácio sobre o projeto de lei que regula a prestação de contas das entidades de direito privado ou de direito público que recebem e aplicam contribuições para fiscais criadas e autorizadas por lei federal (D.C. 12-6, página 5317).

Com pareceres das Comissões de Finanças, foram a imprimir os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas devidas ao Lóide Brasileiro; e idem para atender ao pagamento das despesas com a realização, nesta Capital, da Conferência Mundial de Energia (D.C. 12-6, págs. 5339 e 5341).

O deputado Lacerda Werneck apresentou projeto de lei que permite, para cálculo do imposto complementar sobre a renda, abater da soma do rendimento líquido das células os juros decorrentes de empréstimos contraídos especificamente para instalação, manutenção ou ampliação de propriedades agropastoris (D.C. 13-6, pág. 5423).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., crédito especial de Cr\$ 840.000,00, para pagamento de despesas de vestuário, uniforme e equipamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 401.240,20, para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal, Estado do Rio Grande do Norte (D.C. 12-6, págs. 5370-71).

Em segunda discussão, é aprovado o parecer da Comissão de Redação que modifica disposições do Decreto-lei n.º 8.301, de 6-12-43 (que cria receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados) (D.C. 12-6, pág. 5380).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as Secas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudes por cooperação. (D.C. 13-6, pág. 5441).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o Imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências (D.C. 9-6, pág. 5134).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenização devida a Urbano Teixeira de Menezes (D.C. 11-6, pág. 5260). Aprovada a redação final (D.C. 12-6, página 5350).

No Senado Federal

Em discussão única, é aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 384.900,00 para pagamento de indenizações dos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia (D.C. 12-6, pág. 5380).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das comissões, foi a imprimir o projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para um micro-ônibus a ser importado dos Estados Unidos da América pelas Missões Franciscanas do Estado de Alagoas (D.C. 9-6, pág. 5132).

O deputado Daniel Faraco apresentou projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para um carrilhão e quatro sinos importados da Alemanha e destinados à Igreja de São Pedro, em Porto Alegre (D.C. 10-6, pág. 5216).

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Ostoj Roguski que concede isenção de direitos de importação para um automóvel destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paula (D.C. 11-6, página 5261).

Com parecer pela inconstitucionalidade, vai a imprimir o projeto de lei que concede isenção de impostos aos agricultores alagoanos que ocupem e cultivem terrenos da Marinha (D.C. 11-6, pág. 5274).

Publicada a redação final do projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para materiais importados diretamente por empresas ferroviários do país (D.C. 13-6, pág. 5398).

Lido na hora do expediente o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que concede isenção de direitos de importação para uma aparelhagem completa destinada à montagem de uma fábrica para concentração e pulverização de leite a ser importada pela Cooperativa Central dos Produtores de Leite (D.C. 13-6, pág. 5419).

No Senado Federal

É aprovado o parecer da Comissão de Redação ao projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de uma importação e demais taxas aduaneiras para um ônibus rural, um "pickup" para caminhão e máquinas importadas pela Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada para Missões entre os Pobres (D.C. 11-6, página 5305).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Vai a imprimir a redação final do projeto de lei que modifica o art. 505 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. O projeto refere-se a normas disciplinares aplicáveis ao trabalhador rural (D.C. 11-6, pág. 5260).

Publicado para estudo o relatório do deputado Godoy Ilha sobre o projeto de lei que altera o desconto-alimentação sobre o salário-mínimo, para os empregados em hotéis, pensões, restaurantes, colégios, bares e estabelecimentos congêneres (D.C. 12-6, pág. 5328).

Lido na hora do expediente da sessão de 12 de junho memorial de várias entidades sindicais em que solicitam a emenda do Senado Federal ao projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical. Essa emenda institui a pluralidade sindical (D.C. 13-6, pág. 5397).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Concedida urgência para o projeto de lei que prorroga a vigência da lei que dispõe sobre o regime de licença prévia para o intercâmbio de importação e exportação de mercadorias (D.C. 11-6, pág. 5268).

ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Iniciada a discussão do projeto de lei que estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 10-6, pág. 5204). Prossegue a discussão (D.C. 11-6, pág. 5269).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que cria uma junta de conciliação e julgamento com sede em Corumbá, Mato Grosso (D.C. 10-6, pág. 5186).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que dispõe sobre a criação de uma escola profissional para ferroviários em Sete Lagoas, MG (D.C. 11-6, página 5278).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instalar uma coletoria federal na cidade de São José do Norte, RS (D.C. 12-6, pág. 5336).

O deputado Parailio Borba apresentou projeto de lei que cria uma escola prática de agricultura mecanizada no município de Prudentópolis, Estado do Paraná (D.C. 12-6, pág. 5343).

Com pareceres favoráveis das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre a denominação de estabelecimentos bancários (D.C. 13-6, pág. 5414).

No Senado Federal

E' aprovado o parecer da Comissão de Redação do Projeto de lei da Câmara que cria a Escola de Agronomia de Manaus (D.C. 11-6, pág. 5308).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que cria coletorias federais em diversos municípios do Estado de São Paulo (D.C. 12-6, pág. 5370).

Em discussão única, é aprovado o projeto de lei da Câmara que denomina Biblioteca Murilo Braga a Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (D.C. 12-6, pág. 5380).

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Serviço Público que altera o § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei número 5.878, de 4-10-43 (transferência da Sede da Fundação Brasil Central). (D.C. 13-6, pág. 5442).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o relatório do deputado Lopo Coelho ao projeto de lei que reestrutura o Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos (D.C. 9-6, pág. 5126).

O deputado Benjamin Farah apresentou os seguintes projetos de lei: equipara aos extranumerários da União, para todos os efeitos, o pessoal civil dos Ministérios Militares, admitido e pago à conta de economias administrativas e outros recursos, inclusive rendas comerciais; e concede abono de emergência e salário-família ao pessoal civil dos Ministérios Militares, que percebe à conta das economias administrativas ou outros recursos financeiros (D.C. 9-6, pág. 5139).

Com parecer pela inconstitucionalidade, foram a imprimir os projetos de lei que: estende aos contínuos e serventes lotados em órgãos do Poder Judiciário os efeitos da Lei n.º 1.721, de 1952, que dispõe sobre as carreiras de igual denominação do Serviço Público Federal; e aplica ao pessoal de obras da União o regime jurídico aplicável aos extranumerários ou aos trabalhadores das empresas privadas e dá outras providências (D.C. 10-6, págs. 5185, 5190).

Publicada a redação final dos projetos de lei que abrem créditos especiais para pagamento de gratificações de magistério devidas a professores do M.E.S. (D.C. 10-6, pág. 5192). Aprovadas as redações finais (D.C. 11-6, pág. 5268).

Aprovada a audiência da Comissão de Justiça para o projeto de lei que dispõe sobre aluguel dos imóveis construídos pelos Ministérios, destinados à moradia de seus servidores e da Comissão de Serviço Público Civil para o projeto de lei que altera valores dos símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios (D.C. 10-6, pág. 5201).

Foram a imprimir os projetos de lei que abrem e autorizam o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal e Tribunal Federal de Recursos, créditos suplementar e especial para atender às despesas com salário-família e abono de emergência, concedidos aos funcionários das Secretarias dos referidos tribunais (D.C. 10-6, págs. 5212 e 5213).

Vai a imprimir a redação final do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento de honorários aos professores integrantes de comissões examinadoras do Colégio Pedro II (D.C. 11-6, pág. 5260). Aprovada a redação final (D.C. 12-6, página 5350).

Lido na hora do expediente projeto de lei do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação devida a médico do M.J.N.I. por serviços prestados com risco da vida ou saúde, no exercício de 1952 (D.C. 11-6, pág. 5277).

Iniciados os debates no encaminhamento de votação, do projeto de lei que dispõe sobre carreiras no Q.P. do Ministério da Educação e Saúde. Trata-se do projeto 1.082 (D.C. 11-6, pág. 5282). Prosseguiram os debates na sessão de 12 de junho. Em virtude de preferência, entrou em votação a emenda n.º 3, que reestrutura no padrão O ou referência 31 — todos os cargos e funções de médicos de qualquer natureza e especialização (D.C. 13-6, pág. 5425).

Publicado para estudo o relatório do deputado Antônio Horácio ao projeto de lei que assegura estabilidade a médicos funcionários públicos ou autárquicos (D.C. 12-6, pág. 5329).

Com parecer contrário da Comissão Especial, foi a imprimir o projeto de lei que estende aos conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, que reestruturou os cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro do Serviço Público Federal (D.C. 12-6, pág. 5337).

Foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação devida ao Dr. Assad Mameri Abdenur, médico do quadro permanente do M.E.S. (D.C. 12-6, página 5338).

Os deputados Breno da Silveira e Rui Almeida apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos de lei: acrescenta um parágrafo 5.º ao art. 9.º, da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concedeu abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo; e dispõe sobre o aproveitamento do pessoal pago pelas rendas industriais ou economias administrativas dos Ministérios Militares (D.C. 12-6, pág. 5342).

Publicado o relatório do deputado Osvaldo Trigueiro ao projeto de lei que dispõe sobre nova forma de remuneração para os oficiais de justiça (D.C. 13-6, pág. 5390).

Publicado também o do deputado Rondon Pacheco ao projeto de lei que dispõe sobre anistia a servidores públicos da E.F. Jacuí (D.C. 13-6, pág. 5392).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que dispõe sobre o provimento dos cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do M.J.N.I. — D.F.S.P. (D.C. 13-6, pág. 5398).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos professores catedráticos da Universidade do Brasil, aposentados anteriormente à Lei que aumentou os vencimentos desses servidores (D.C. 13-6, pág. 5414).

PESSOAL CIVIL

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.442,30, para atender aos pagamentos de descontos efetuados e de diferença de salários a servidores daquele Ministério; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 6.950,00 para pagamento da gratificação de função do professor Dr. Aristides Rocha (D.C. 9-6, págs. 5153-54).

Vai a imprimir o parecer da Comissão do Serviço Público Civil sobre o projeto da Câmara que prevê eleição dos Conselhos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (D.C. 11-6, pág. 5302).

Em discussão única, volta às Comissões com emenda o projeto de lei da Câmara que prevê sobre contagem recíproca de tempo de serviço prestado à União, Municípios, Distrito Federal, entidades autárquicas e sociedade de economia mista (D.C. 12-6, pág. 5379).

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Economia o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, crédito especial de Cr\$ 60.177,20 para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lommardo e Abílio Machado Filho (D.C. 13-6, pág. 5442).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação desses oficiais no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais (D.C. 11-6, pág. 5260). Aprovada a redação final (D.C. 12-6, pág. 5350).

O deputado Lúcio Bittencourt apresentou projeto de lei que estende aos sargentos portadores da Cruz de Combate de Primeira Classe as vantagens da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, que dispõe sobre promoção ao posto de Segundo Tenente, dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica (D.C. 12-6, página 5342).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (D.C. 9-6, pág. 5153).

E' requerida e aprovada a urgência do projeto de lei que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval (D.C. 10-6, pág. 5339).

Em discussão única, são lidos os pareceres das Comissões Técnicas e conseqüentemente aprovado o projeto de lei da Câmara que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval (D.C. 12-6, pág. 5379).

PETROBRÁS

No Senado Federal

Continuação de votação, em discussão única, do projeto de lei da Câmara dos Deputados n.º 265, que dispõe sobre a constituição da Sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. Durante os debates para encaminharem a votação falaram os seguintes senhores senadores: Domingos Velasco, Ismar de Góis, Kerginaldo Cavalcanti, João Vilasboas, Landulfo Alves, Alberto Pasqualini, Aloísio de Carvalho e Marcondes Filho (D.C. 9-6, págs. 5157-63).

E' aprovado e publicado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a política Nacional do Petróleo, define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima. Durante os debates para encaminharem a votação falaram os seguintes senhores senadores: Kerginaldo Cavalcanti, Ismar de Góis e Ferreira de Souza (D.C. 10-6, página 5241).

PLANO DE APROVEITAMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Na Câmara dos Deputados

Iniciada a primeira discussão do projeto de lei que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (D.C. 10-6, pág. 5216). Prosseguiu a discussão (D.C. 11-6, pág. 5278). Continuou a discussão na sessão noturna de 12 de junho (D.C. 13-6, pág. 5424).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que autoriza o Ministério do Trabalho a construir, pelo IPASE, um núcleo residencial em Belo Horizonte (D.C. 9-6, pág. 5139).

Apresentado pelo deputado João Cabanas, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões a equiparar os proventos dos aposentados àqueles que venham a receber os novos aposentados se receberem aposentadorias maiores em virtude de majorações ocorridas nos salários por força do alto custo de vida (D.C. 9-6, pág. 5140).

Publicada a redação final do projeto de lei que concede pensão especial a Valdomiro Pedro Marmith, ex-integrante da FEB (D.C. 10-6, pág. 5191). Aprovada a redação final (D.C. 11-6, pág. 5268).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que dispõe sobre as contribuições em atraso devidas pelas empresas de navegação aérea a instituições de previdência social (D.C. 10-6, pág. 5195).

O deputado Lúcio Bittencourt apresentou projeto de lei que dispõe sobre o amparo à família de guardas-civis aposentados antes de 1932 (D.C. 12-6, pág. 5343).

O mesmo deputado apresentou projeto de lei que dispõe sobre a aposentadoria dos advogados e solicitadores (D.C. 13-6, pág. 5398).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 170.000,00, para pagamento das pensões mensais devidas a Maria Edenia Cordovil Viana Machado e seu filho menor Luiz Carlos (D.C. 12-6, pág. 5370).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que autoriza o Ministério do Trabalho a criar hospitais nas cidades de Sete Lagoas, Uberlândia, Passo Alegre e Pouso Alto, Carangola, Minas Gerais (D.C. 9-6, página 5138).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado ao Serviço Nacional de Malária, para combate à malária na Amazônia (D.C. 13-6, página 5415).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das comissões, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para instalação de estação de tratamento, construção de reservatório e complementação de distribuição de água, na cidade de Carangola, Minas Gerais (D.C. 9-6, pag. 5131).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção das redes de água e esgotos nas estâncias hidrominerais de Cambuquira e Lambari, Minas Gerais (D.C. 9-6, página 5139).

Com pareceres contrários das comissões, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a construir duas barragens no Município do Gararu, Sergipe (D.C. 10-6, pag. 5185).

Foi a imprimir, com parecer pela inconstitucionalidade, o projeto de lei que cria portos livres na costa brasileira para uso dos Estados Centrais e dá outras providências (D.C. 10-6, pag. 5211).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto de Palmeira dos Índios (D.C. 11-6, pag. 5273).

Apresentado pelo deputado Vasconcelos Costa, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o M.V.O.P. a promover o alargamento da bitola ferroviária da Central do Brasil no trecho Belo Horizonte-Sete Lagoas (D.C. 11-6, pag. 5278).

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para estudo e construção das redes de distribuição de água potável e esgoto da cidade de São Lourenço, MG (D.C. 13-6, pag. 5398).

O deputado Pontes Vieira apresentou projeto de lei que inclui, nos orçamentos de 1954, 1955, 1956, a verba de sessenta milhões de cruzeiros, em parcelas de vinte milhões, para a execução dos projetos, aprovados pelo M.V.O.P. relativos à construção de estações ferroviárias (D.C. 13-6, pag. 5400).

TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Godoy Ilha sobre o projeto de lei que dispõe sobre o Tribunal Marítimo Administrativo (D.C. 12-6, pag. 5326).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a aplicar 50% do Fundo Sindical na construção ou aquisição de sedes próprias para

os Sindicatos cujas despesas serão resgatadas por estes, no prazo de 20 anos a juros de cinco por cento anuais (D.C. 9-6, pag. 5139).

Apresentado pelo deputado João Cabanas, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a mobilizar, por intermédio dos Ministérios Militares e da Viação, todos os veículos e pessoal para transportes de gêneros de primeira necessidade do interior para os grandes centros consumidores em caso de escassez (D.C. 9-6, página 5140).

Com parecer contrário da Comissão de Justiça, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais e dá outras providências (D.C. 11-6, pag. 5275). Também com parecer contrário da mesma comissão foi a imprimir o projeto de lei que considera de utilidade pública a Associação Beneficente dos Servidores do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (página 5376).

Publicado o projeto de resolução que cria uma comissão especial para fazer um levantamento geral da situação cambial, o seu planejamento, e a solução a ser adotada (D.C. 11-6, pag. 5278).

Iniciada a segunda discussão do projeto de lei que institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências (D.C. 13-6, pag. 5407).

No Senado Federal

E' lido e aprovado o requerimento de urgência para o Projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário do nascimento de João Capistrano de Abreu (D.C. 11-6, pag. 5305).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a emitir pelo M.V.O.P. — D.C.T. — uma série de selos postais comemorativos da emancipação política do Paraná (D.C. 12-6, pag. 5371).

Em discussão volta às comissões técnicas com emendas recolhidas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a emitir pelo M.V.O.P. — D.C.T. — uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de São José e do vigésimo quinto aniversário da criação do Colégio Externo de São José (D.C. 12-6, pag. 5380).

Em primeira discussão são lidos os pareceres das Comissões Técnicas ao projeto de lei do Senado que declara de interesse social os direitos autorais das obras do escritor Machado de Assis; nessa ocasião o Sr. Alberto Pasqualini leu o parecer da Comissão de Finanças (D.C. 12-6, pag. 5380).

Em discussão única, são lidos os pareceres das Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça, sendo adiada a apreciação da matéria por 48 horas (D.C. 13-6, pag. 5445).

Em discussão única volta à Comissão de Finanças e por se cogitar de aumento de despesa o projeto de lei da Câmara que fixa o número de Deputados para a próxima legislatura (D.C. 13-6, pag. 5445).

Em primeira discussão, é requerido e adiado, para a sessão do dia 19 do corrente, o projeto de lei do Senado que institui, com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso das Mães do Mundo (D.C. 13-6, pag. 5446).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Assinado pelo deputado Flores da Cunha e numerosos outros deputados, foi a imprimir o requerimento que solicita à Câmara dos Deputados que se dirija ao Presidente da República dos Estados Unidos da América para que use dos poderes de clemência no sentido de evitar a execução do casal Rosenberg (D.C. 11-6, pag. 5266).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 8 de junho, os seguintes senhores deputados: Negreiros Falcão acerca da calamidade das secas no nordeste e sobre problemas do SESI; José Fleury apreciando a constituição da comissão encarregada de localizar a futura capital da República; Frota Aguiar para congratular-se com a cultura nacional pelo resultado do concurso para professor catedrático da Faculdade Fluminense de Medicina; Vasconcelos Costa pedindo, em nome dos funcionários do D.C.T., esclarecimentos ao Senhor Ministro da Viação tendo em vista as promoções estatuidas por lei e esquecidas há mais de dois anos; Muniz Falcão para encaminhar requerimento de informações ao Senhor Ministro da Viação sobre providências pedidas ao Departamento de Obras Contra as Secas, na Bahia; Germano Dockhorn para ler memorial da Fundação Agrícola Teutônio F.A.T., sediada em Estrêla, no Estado do Rio Grande do Sul; Benjamin Farah para apresentar à mesa o Projeto que equipara aos extranumerários da União o pessoal civil dos Ministérios Militares; Roberto Morena para protestar contra as arbitrariedades praticadas contra o "Jornal do Povo", em Belo Horizonte; Celso Peçanha sobre o problema da lavoura cafeeira no norte do Estado do Rio; Gustavo Capanema para encaminhar a votação de requerimento que convoca sessão extraordinária; Fernando Ferrari para uma questão de Ordem; Parcifal Barroso para encaminhar a votação em primeira discussão do projeto 1914-B-52, também para encaminhar a votação deste projeto usou da palavra o Sr. Rui Santos; Ranieri Mazilli hipotecando solidariedade ao Coletor Federal de Guará que foi atacado pelos jornais e Francisco Macedo sobre política interna do Estado de Sergipe.

Falaram, na sessão de 9 de junho, os seguintes senhores deputados: Raimundo Padilha para ler apêlo de representantes de todas as profissões do Município de São Gonçalo; Celso Peçanha sobre problemas sindicais; Parailio Borba para encaminhar projeto criando uma Escola Prática de Agricultura Mecanizada no Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná; Frota Aguiar sobre problemas da Ilha do Governador; Muniz Falcão comentando Portaria do Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União publicada nos jornais; Vasconcelos Costa para fazer necrológico do professor José Ignácio de Souza; Adahil Barreto sobre problemas de irrigação; Euzébio Rocha acerca de política cafeeira; Alberto Botino sobre o manifesto publicado pela Comissão Organizadora do I Congresso Nacional de Turismo; Coutinho Cavalcanti sobre o armistício de luta na Coréia; Breno da Silveira acerca da paralisia infantil no Distrito Federal e as férias juaninas; Cunha Bueno para ler telegramas de vários associados de Caixas de São Paulo; Luiz Gouveia sobre assassinios de dois vereadores no Estado de Sergipe; Nelson Omegna para discorrer sobre o projeto 1082; Arruda Câmara, João Cabanas e Medeiros Neto para encaminharem a votação em primeira discussão do projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., crédito especial de Cr\$ 5.600.000,00, destinado a custear despesas, em parte de organização e realização do VI Congresso Eucarístico Nacional; Paulo Sarazate para discorrer sobre a Mensagem do Executivo que trata de proposta orçamentária para 1954; Magalhães Melo sobre reclamação e providências necessárias à regularização dos trabalhos legislativos; Campos Vergal para tecer algumas considerações a respeito da paz na Coréia; Francisco Macedo sobre a imprensa e seu interesse pela reforma eleitoral; Medeiros Neto sobre o problema de valorização e recuperação do São Francisco e Leopoldo Maciel para discorrer também sobre o mesmo tema.

Falaram, na sessão de 10 de junho, os seguintes senhores deputados: Armando Falcão para ler mensagem telegráfica da União dos Estudantes de Minas Gerais aplaudindo a constituição da Comissão de Inquérito para investigar os escândalos do jornal "Última Hora"; Celso Peçanha para discutir as lamentáveis falhas na reestruturação do D.C.T.; Breno da Silveira sobre o problema do abastecimento no Distrito Federal; Chagas Rodrigues para ler apêlo da Câmara

Municipal de Teresina para a criação de uma agência Postal em Murtinho; Vasconcelos Costa sobre o tabelamento do Arroz no Triângulo Mineiro; Benjamin Farah para dar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim Rodrigues Neves; Coutinho Cavalcanti sobre a gravidade da situação em todos os setores da atividade nacional; Dolor de Andrade acerca de Portaria do Ministro da Agricultura sobre charqueador em Goiás e Mato Grosso; Brígido Tinoco para fazer apêlo em nome dos lavradores do município de São Gonçalo; Muniz Falcão para comentar projeto de sua autoria instituindo o Serviço Social do Comércio; Cunha Bueno para anunciar que a partir do próximo dia 1 de julho, a Delegacia Fiscal do Tesouro pagará remanescentes duodécimos devidos aos novos Municípios; Rondon Pacheco sobre o problema do Arroz no Triângulo Mineiro; Plínio Cavalcanti acerca do sistema cambial brasileiro; José Augusto enviando à Mesa discurso para ser dado como lido, acerca do sistema presidencial exercido nos Estados Unidos da América do Norte; Fernando Ferrari pedindo atuação para o que dispõe a Seção III do Regimento Interno, art. 99 e parágrafos. Pereira da Silva, Breno da Silveira, Brochado da Rocha, José Guimarães, Antônio Correia e Rui Almeida e Ceniro Sales para encaminharem a votação de requerimento convocando sessão noturna a fim de ser votado o projeto 1082-50; Paulo Sarazate sobre a proposta orçamentária e o Polígono das Secas; Luiz Vianna criticando a proposta Orçamentária da República; Francisco Macedo sobre a reforma eleitoral do País; Alberto Botino congratulando-se com o Senado da República sobre a distribuição do fundo rodoviário nacional e para leitura dos textos das diretrizes de orientação do Professor Lucas Garcez; Francisco Arnaldo para discorrer sobre o Plano Geral de aproveitamento do Vale do São Francisco; Moura Andrade, Rui Almeida, João Agripino, Breno da Silveira, Rui Santos e Brochado da Rocha para encaminharem a votação da emenda n.º 3 do projeto 1.082-50.

Falaram, na sessão de 11 de junho, os seguintes senhores deputados: João d'Abreu sobre a questão de financiamento aos pequenos e médios produtores rurais; Heráclito Rego para fazer apreciações sobre políticas internas do Estado de Pernambuco; Breno da Silveira acerca da questão do reajustamento dos vencimentos e salários dos servidores da União; Ostoj Roguski sobre a demora da construção do aeroporto na cidade de Londrina, no Paraná; Pereira da Silva acerca das enchentes no Estado do Amazonas; Carmelo d'Agostino objetivando o problema de energia elétrica no Estado de São Paulo; Rui Santos para lamentar incidente que houve no fim da sessão noturna do dia anterior; ainda sobre o mesmo assunto falou o Sr. Moura Andrade; Afonso Arinos para contestar o voto vencedor transformado em parecer da Comissão de Emenda Constitucional pelo deputado Raul Pila; Aliomar Baleeiro sobre o mesmo assunto do Sr. Afonso Arinos; Lauro Cruz quando da votação em primeira discussão do projeto que autoriza abertura de crédito para custear a realização do VI Congresso Eucarístico Nacional; Arruda Câmara, Artur Santos, Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos, Nelson Duarte, Coelho de Souza, Daniel Faraco, Brochado da Rocha, Artur Audrá, Fernando Ferrari, Rui Santos, Castilho Cabral e Ponciano dos Santos para encaminharem a votação da Emenda Constitucional que institui o Regime Parlamentarista; e Galeno Paranhos para discutir o sistema Presidencial ou Parlamentarista.

Falaram, na sessão de 12 de junho, os seguintes senhores deputados: Gama Filho sobre o aniversário do jornal "Última Hora"; Frota Aguiar acerca do racionamento da energia elétrica; Adahil Barreto para ler telegrama dos moradores do Distrito de Orós, no Ceará, sobre o fornecimento de energia elétrica; Heitor Beltrão acerca do aniversário do "Diário de Notícias"; Nestor Jost sobre o movimento dos marítimos; Magalhães Melo acerca do projeto aprovado pela Câmara que modifica o Código de Caça e Pesca; Muniz Falcão acerca do projeto que regula as promoções dos Sargentos das Forças Armadas; Arruda Câmara para debater projeto disfarçado de divórcio do Sr. Nelson Carneiro; Monteiro de Castro acerca de problemas da vida eleitoral do Brasil; Luiz Garcia e José Augusto para encaminharem a votação de subemenda à Emenda Cons-

titucional que trata do Regime Parlamentarista; Ponce Arruda, José Bonifácio, Rui Almeida, Godoi Ilha, José Augusto, Gustavo Capanema, Arruda Câmara, Saturnino Braga e Afonso Arinos e Magalhães Melo durante a votação do Requerimento que adia a votação do projeto 1.082-50.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 8 de junho, os seguintes senhores senadores: Ezequias da Rocha sobre questão de política internacional, focalizando a Argentina; Ferreira de Souza acerca do artigo publicado no "Diários de Notícias"; Gomes de Oliveira sobre a Comissão de Política Agrária do "Correio da Manhã" e a coincidência com projeto por ele apresentado e, Kerginaldo Cavalcanti para congratular-se com o matutino "O Dia" pelo transcurso do seu 2.º aniversário e Ismar de Góis para ler comentário do "Time" de 8-6-53, pág. 27.

Falaram, na sessão de 9 de junho, os seguintes senhores senadores: Alencastro Guimarães criticando a política financeira do Senhor Ministro da Fazenda; Antônio Bayma para congratular-se com o Senado para conclusão da Lei da Petrobrás; Mozart Lago e Aloysio de Carvalho para declaração de voto quando da votação do requerimento de urgência ao projeto que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval; Domingos Velasco, Ivo d'Aquino, Landulfo Alves, Alfredo Neves e Dario Cardoso, para declaração de voto quando da votação do projeto que dispõe sobre a política Nacional do Petróleo. Define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo. Institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.

Falaram, na sessão de 10 de junho, os seguintes senhores senadores: Pereira Pinto acerca de problemas dos cafezais em Campos e em outros municípios do Norte Fluminense; Ivo d'Aquino sobre o acordo comercial celebrado entre o Brasil e a República Argentina; Aloysio de Carvalho e João Vilasboas para encaminharem a votação em discussão única do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a consulta relativa a convocação de suplente em caso de licença de senador; Domingos Velasco para ler telegramas do Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás sobre o projeto da negativa de crédito para a Comissão encarregada da mudança da Capital da República e Mozart Lago para lamentar o fechamento do matutino "A Manhã".

Falaram, na sessão de 11 de junho, os seguintes senhores senadores: Luiz Tinoco, sobre o projeto que dispõe sobre a criação da Petrobrás; Anízio Jobim acerca dos efeitos calamitosos da enchente do Amazonas; Mozart Lago quando da discussão do projeto que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval; Carlos Lindemberg para discordar do Sr. Mozart Lago quanto ao projeto anterior; Carlos Saboia e Kerginaldo Cavalcanti ainda sobre o projeto que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval e Apolônio Sales para ler carta do governador de Pernambuco da qual consta um memorial do Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios de Automóveis de Recife.

Falaram, na sessão de 12 de junho, os seguintes senhores senadores: Mozart Lago e Dario Cardoso sobre a ata da sessão anterior, que tratava do projeto relativo aos exames da Escola Naval; Landulfo Alves acerca do segundo aniversário do jornal "Ultima Hora"; Kerginaldo Cavalcanti acerca dos redatores e auxiliares do jornal "A Manhã"; Onofre Gomes, como relator na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, para apreciar o projeto que autoriza o Poder Executivo a promover as comemorações do Centenário de nascimento de Capistrano de Abreu; João Vilasboas quando da discussão única do projeto que fixa o número de deputados para a próxima legislatura; Aloysio de Carvalho durante a discussão única do projeto que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União Faculdades do R.G. do Sul e Carlos Lindemberg para ler carta do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lidas na sessão de 8 de junho as seguintes informações: do Ministério da Justiça, sobre o uso de automóveis oficiais; do Ministério das Relações Exteriores, sobre a Embaixada do Brasil em Lisboa; do Ministério do Trabalho, sobre vários assuntos relativos a sindicatos. (D.C. 9-6, pág. 5129).

Assinado pelo deputado Moura Andrade e outros, foi a imprimir o requerimento de convocação do Ministro das Relações Exteriores para, em sessão secreta, prestar informações sobre contratos e vendas clandestinas de monazita e limonita (D.C. 9-6, pág. 5138).

Deferido o requerimento do deputado Osvaldo Orico, sobre o asilo de refugiados políticos na Embaixada do Brasil em Buenos Aires (D.C. 10-6, pág. 5195).

Deferidos na sessão noturna de 9 de junho os seguintes requerimentos: três da Comissão de Finanças, ao Ministério da Fazenda, sobre pedidos de créditos para órgãos do Poder Judiciário; do deputado Breno da Silveira, sobre irregularidades verificadas no IAPB; do deputado Armando Correia, sobre coletorias federais no Estado do Pará que estão desprovidas de coletores e escrivães; do deputado Breno da Silveira, sobre denúncias veiculadas contra a atual direção do Instituto Osvaldo Cruz; do deputado Hermes Pereira de Souza, sobre a aplicação de verbas da COAP do Rio Grande do Sul; do deputado Willy Frohlich sobre o arrendamento de partes da Fazenda Nacional de Saicã com o da Coudelaria de Rincão, no Rio Grande do Sul; do deputado Hermes Pereira da Silva, sobre os financiamentos concedidos pelos Institutos de Previdência Social; do deputado Tenório Cavalcanti, sobre a ida do cruzador à Inglaterra para representar o Brasil nas festas da coroação da Rainha Elizabeth II; do deputado Dilermando Cruz, sobre aquisição de títulos da dívida externa brasileira, levada a efeito em Londres ao tempo em que era Ministro da Fazenda o Sr. Correia e Castro; do deputado Manoel Novais, sobre verbas orçamentárias destinadas à construção de acudes no Nordeste e sua ampliação; do deputado Manhães Barreto, sobre a elaboração, nos exercícios de 1951 e 1952, do orçamento de câmbio mencionado no Decreto n.º 27.541, de 1949; do deputado Vasconcelos Costa, sobre o motivo por que não foram efetuadas as promoções em carreiras do Quadro III do D.C.T.; do deputado Osvaldo Orico, sobre as verdadeiras proporções do surto de paralisia infantil verificado na capital do país; do mesmo, sobre o pagamento das verbas concedidas pelo Presidente da República para socorro dos flagelados pelas enchentes do rio Amazonas; do deputado Lacerda Werneck, sobre a existência de acordo específico entre o Brasil e a Argentina relativo à reexportação do café de procedência brasileira; e do deputado Willy Frohlich, sobre se o município de Rio Pardo, RS, fez doação ao Governo federal do terreno para construção de edifício para os correios e telégrafos.

Recebidas na sessão de 10 de junho as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre a aquisição de um automóvel "Cadillac"; do mesmo, ainda sobre o mesmo assunto; do mesmo, sobre contribuição para o montepio militar; do mesmo, sobre concessão de licenças para importação de antibióticos; do mesmo, sobre a despesa total realizada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; do mesmo, sobre empréstimos realizados pelas Caixas Econômicas Federais; ainda do mesmo, sobre a execução de lei que autoriza cessão ao Serviço de Obras Sociais do prédio pertencente ao patrimônio nacional; do Ministério do Trabalho, sobre projeto de lei que concede pensão especial (D.C. 11-5, págs. 5256-58).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, sobre projeto de lei que concede às organizações que exploram os serviços de radiotelefonia e radiotelegrafia com o exterior a operar na transmissão de radiogramas; do deputado Breno da Silveira, sobre a crise de energia elétrica que envolve a capital da república e a cidade de São Paulo; do deputado Fernando Ferrari, sobre a realização de estudo tendente a estabelecer diversidade de

preços de petróleo e seus derivados para uso da agricultura; do deputado Breno da Silveira, sobre os motivos por que não têm sido cumpridos os mandados de segurança concedidos a ex-servidores do extinto D.N.C. (D.C. 11-6, pág. 5259).

Lidas na sessão de 11 de junho as seguintes informações: do Ministério da Marinha sobre carga transportada pelo NA "Duque de Caixas" e viagem de instrução do NE "Almirante Saldanha"; do Ministério da Viação, sobre a vida funcional de servidor do D.C.T.; do mesmo, sobre transferência de servidor do D.C.T.; do mesmo sobre pagamento do repouso remunerado e abono de emergência ao pessoal de obras; do mesmo, sobre admissão do servidor na D.R. dos Correios e Telégrafos do RS; do mesmo, sobre a situação de candidatos admitidos por portaria do D.C.T.; do mesmo, sobre direito do passe livre a servidores das ferrovias, aposentados; do mesmo, sobre verbas consignadas no Plano SALTE para construção de ferrovia; do mesmo, sobre projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção de ponte; do mesmo, sobre projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para conclusão de uma rodovia; do mesmo, sobre a construção da Usina Elétrica do Macabu; do mesmo, sobre o pagamento de determinada importância à Prefeitura de Belém, para construção de rodovia; e ainda do mesmo, sobre pagamento de salário ao pessoal em função do Serviço de Mineração de Candiota (D.C. 12-6, págs. 5333-36).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Guerra, sobre projeto de lei que dispõe sobre promoção de segundos tenentes da reserva de primeira classe do Exército; do Ministério da Marinha, sobre projeto de lei que dispõe a respeito de contribuição para o montepio militar; do Ministério da Educação, sobre concurso de habilitação à Escola de Arquitetura; do mesmo, sobre projeto de lei que transforma em estabelecimento federal do ensino superior a Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos; do Ministério das Relações Exteriores, sobre concessão de asilo a políticos argentinos pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires; do mesmo, sobre reestruturação das classes superiores da carreira de Diplomata do Q.P. daquele Ministério; do Ministério do Trabalho, sobre atividades do SAMDU; e do Ministério da Fazenda sobre promoções na carreira de Coletor (D.C. 13-6, páginas 5395-97).

Deferidos na sessão noturna de 12 de junho os seguintes requerimentos: do deputado Daniel Faraco, sobre a lo-

calização e instalação de postos de coleta e entrega de correspondência; do deputado Armando Falcão, sobre a quanto monta em cruzeiros a matéria para distribuir pelos Institutos de Previdência que especifica aos jornais "Ultima Hora" e "Flan", bem como à Editora "Érica S.A."; do deputado Aliomar Baleeiro, sobre quantos aposentados e pensionistas dos IAP e CAP de cada uma das ferrovias federais estão em atraso no recebimento de benefícios; do mesmo deputado, sobre importação de automóveis da marca "Rolls-Royce" e seu destino; do deputado Muniz Falcão, sobre apuração de responsabilidade do presidente do IAPI, por infração da Lei n.º 1.584, de 27-3-52; do deputado Mota Neto, sobre as repartições do Ministério da Fazenda responsáveis pela arrecadação, em todo o país, dos tributos devidos à União; do deputado Carmelo d'Agostino, sobre o conteúdo do relatório e dos respectivos mapas apresentados em maio último ao Governo da União pela Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro; do deputado Lúcio Bittencourt, sobre construção de prédio destinado à agência dos correios e telégrafos em Sabará; do deputado Tenório Cavalcanti, sobre a legalidade da exoneração do Superintendente Comercial do Lóide Brasileiro; do deputado Ostoj Roguski, sobre as obras do aeroporto de Londrina, Paraná; e do deputado Tenório Cavalcanti, sobre a situação econômica da Fundação Brasil Central (D.C. 13-6, páginas 5419-21).

No Senado Federal

Chegam ao Senado as seguintes respostas a requerimentos de informações: do Ministério da Fazenda, sobre financiamento de safras de arroz; e do Ministério do Trabalho, sobre atividades imobiliárias do IAPETC (D.C. 9-6, pág. 5152).

Recebidas no Senado as informações da Prefeitura do Distrito Federal sobre as obras do Grupo Residencial General Angelo Mendes de Moraes, no Pedregulho (D.C. 12-6, pág. 5370).

Enviadas pelo Ministério do Trabalho, chegam ao Senado as informações sobre o projeto de lei que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950.